

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS (CCJE)
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS (FACC)
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E GESTÃO DE UNIDADE DE INFORMAÇÃO (CBG)

BRISA ALVES RODRIGUES

LEITORES LASCIVOS: UM ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS DE LEITURA DE OBRAS
ERÓTICAS NA FRANÇA DO SÉCULO XVIII

Rio de Janeiro

2016

BRISA ALVES RODRIGUES

**LEITORES LASCIVOS: UM ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS DE LEITURA DE
OBRAS ERÓTICAS NA FRANÇA DO SÉCULO XVIII**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Biblioteconomia.

Orientador: Robson Santos Costa

Rio de Janeiro

2016

Ficha catalográfica

R696l Rodrigues, Brisa Alves.

Leitores lascivos: um estudo sobre as práticas de leitura de obras eróticas na França do século XVIII / Brisa Alves Rodrigues. – Rio de Janeiro, 2016.

89 f.

Orientador: Prof. Me. Robson Santos Costa.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Bacharel em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, 2016.

1. História da Leitura. 2. Práticas de leitura. 3. Literatura erótica. 4. França – Séc. XVIII. I. Costa, Robson Santos. II. Título.

Elaborada pela autora

Brisa Alves Rodrigues

Leitores lascivos: um estudo sobre as práticas de leitura de obras eróticas na França do século
XVIII

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Biblioteconomia e Gestão de
Unidades de Informação da Universidade
Federal do Rio de Janeiro, como requisito
parcial à obtenção do título de bacharel em
Biblioteconomia.

Aprovada em: 04 de janeiro de 2017.

Prof. Me. Robson Santos Costa (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Orientador

Prof. Dr. Antônio José Barbosa de Oliveira (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Membro interno

Prof. Dr. Gustavo Silva Saldanha (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)
Membro externo

Ao meu pai,
How I wish, how I wish you were here.

AGRADECIMENTOS

*I want to know, have you ever seen the rain
comin' down on a sunny day?*

Às horas que permanecemos em união na trilha da sobrevivência, misturando nossas funções e personagens, em que às vezes fui mais você do que meu pronome e tu foste um bocado de tudo – Divino, o Humano, o Verbo. Se hoje sou, é porque tu és, mãe.

Ao teu riso que ainda reverbera, em dores e nostalgia, em cada amanhecer desta jornada em que te perdi em brusca curva. Um brinde às intensidades disfarçadas de rotina, ao inusitado, ao viver da vida como se fosse a melhor música da festa. Se hoje sou, é porque tu foste, pai.

Às nossas brigas, paixões, amores e dissabores constantes. Hei de compreender-te os labirintos um dia, quem sabe, irmão.

Ao meu orientador, Robson Costa, por ter me acolhido em difícil momento com dedicação, amizade, bom humor e um atento olhar de leitor. Este trabalho foi capaz de ser finalizado graças às nossas corridas desenfreadas nas peripécias do século XVIII e nas surpresas e frustrações do século XXI.

Ao meu primeiro orientador, Andre Araújo, por toda gentileza, paciência e compreensão desde o início de minha vida acadêmica e principalmente durante os primeiros meses deste ano. Este trabalho apenas pôde ser constituído, ainda embrião, graças aos teus ensinamentos, conselhos e incentivos de professor, mestre e amigo.

Aos meus professores do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação que, mais do que conhecimento e exemplo, buscaram transformar a relação formal entre professor e aluno em um laço de afeto. Guardo no peito cada palavra, cada abraço, cada brincadeira.

Aos meus amigos e colegas de turma, que tornaram os obstáculos mais fáceis de serem enfrentados. Destaques nas veredas desta jornada para Mariana, que transformou a luta acadêmica numa descoberta de amadurecimento e amizade; Danielle, que lançou-me sabiamente a semente que tornou-se esta monografia e foi meu exemplo de estudante ao longo da graduação; Monica, com seu grande coração de mãe, grande companheira de risadas e planos mirabolantes; Shana, contadora das melhores histórias, que vive a vida em cada letra e cada verbo; Isabele, que sorriu para cada adversidade; Rodrigo, que diz muito por silêncios e compreende o poder de uma observação metodológica; Daniel, pelas memoráveis conversas

sobre o tudo e sobre o nada; Gabriel, dono do melhor abraço, que levantou-me do chão e apresentou-me as multiplicidades do humano; Elidaria, por ser tão lamentável quanto eu e dotada de um humor que não pertence às Escrituras; Raphael, que auxiliou-me no desbravamento das marés caóticas da História; Cíntia, doce companheira de desesperos e almoços, que ensinou-me que não há amargura que uma boa caloria não resolva; cada membro do grupo “Água de Jesus”, que nutrem a Biblioteconomia com sorrisos e sonhos, ao tempo que não abandonam as controversas alegrias da contemporaneidade. Desejo a todos os louros de carreiras abrilhantadas pelo sucesso e satisfação pessoal.

Às antigas amigas que o tempo fortalece, na ausência e na distância, tornando cada reencontro um prazer imensurável e uma certeza de continuidade. Destaque para Paulo, que salvou-me o notebook, a monografia e a vida; Lewin, que retornou das cavernas iluminadas num paradoxo platônico por uma amizade; Misha, Kelly e Glória, minha tríade sagrada, que conhecem tanto ao meu respeito que ainda não compreendo como permanecem ao meu lado.

Às novas amigas, desprovidas da paz da estabilidade, mas intensas no fluxo de sua inconstância, surpresas e emoções.

Aos colegas de profissão, por todos os ensinamentos, histórias e exemplos. Destaque para minhas supervisoras de estágio: Cátia, que estimulou meu amor por Álvares de Azevedo e pela memória enquanto soltava as melhores risadas e contava grandes casos; Luciana, que mostrou-me que todo sacrifício em busca de um sonho é algo que vale a pena vivenciar. Um abraço para as tenentes-bibliotecárias e todas as pessoas da Biblioteca da Marinha do Brasil, que acolheram-me com muito carinho e humor.

Aos estranhos e desconhecidos que estenderam a mão quando me perdi com notável frequência nas ruas do Rio de Janeiro. Aos salgados da Central desprovidos de inflação que forraram-me o estômago, aos cafezinhos ambulantes de São Cristóvão que me acordaram nas manhãs de estágio, às cervejas compartilhadas entre lágrimas e risos, aos patos e gatos do Campo de Santana que observaram tranquilamente minhas idas e vindas do CIEE.

Aos amigos vivos e mortos em sussurros nas entrelinhas dos livros, largados nos pisos e prateleiras, que acompanharam-me nos ônibus e velaram-me o sono, oferecendo sonhos, despertando desejos, inspirações, unidos a mim tanto quanto minha própria personalidade, espírito, átomos e vazios. Como num tecido, meu espírito foi costurado por seus fragmentos que remontam realidades e sonhos perdidos no tempo, fragmentos eternizados em símbolos, formados e deformados em sentidos, construídos e reconstruídos no silêncio e na oralidade.

A vocês que sobrevivem a cada luta. A vocês que não puderam. Aquele abraço.

“But my dreams – they aren't as empty as my conscience seems to be.” (The Who, 1971)

RESUMO

O estudo trata-se de uma discussão teórica baseada em questionamentos que adentram o campo de História da Leitura, buscando assim compreender quais eram as práticas de leitura de obras eróticas na França setecentista. Por meio de amplo levantamento bibliográfico e análise das obras selecionadas, procurou-se estabelecer uma reflexão metodológica e teórica do campo escolhido, a fim de delimitar quais são os pontos de encontro e as rupturas que a História da Leitura manifesta em relação a diferentes áreas do conhecimento, destacando assim seu caráter interdisciplinar. Em seguida, realizou-se uma discussão etimológica e histórica a respeito do gênero erótico até o século XVIII, analisando assim as diferentes características de suas manifestações ao longo da história humana e a pluralidade de seus usos. Por fim, alcançou-se a proposta da pesquisa por meio de uma ampla compreensão da França setecentista, pontuando as questões políticas, econômicas e sociais da época que interferiram diretamente na forma como desenvolveu-se o comércio livreiro e, dessa forma, transformou as relações entre o livro, o autor e o leitor. As reflexões oriundas da pesquisa demonstram a necessidade de um atento olhar do bibliotecário aos aspectos históricos da leitura e quais ferramentas o atual estudioso possui para perceber e decifrar a íntima relação entre livro e leitor.

Palavras-chave: História da Leitura. Práticas de leitura. Literatura erótica. Literatura francesa. França – Séc. XVIII.

ABSTRACT

The study deals about a theoretical discussion based on issues that enter the field of History of Reading, seeking to understand which where the reading skills practice of erotic literature in the 18th France. Through a wide bibliographical survey and analysis of the selected works, it was tried to establish a methodological and theoretical reflection of the chosen field, in order to delimit the points of encounter and ruptures that the History of Reading expresses in relation to different areas of knowledge, thus highlighting its interdisciplinary character. Then, an etymological and historical discussion about the erotic genre was carried out until the eighteenth century, thus analyzing the different characteristics of their manifestations throughout human history and the plurality of their uses. Finally, the research proposal was reached through a wide understanding of eighteenth-century France, highlighting the political, economic and social issues of the time that directly interfered with the way in which the book trade was developed and, in this way, transformed relations between the book, the author and the reader. The reflections from the research demonstrate the need for an attentive look of the librarian to the historical aspects of reading and what tools the present day studios has to understand and decipher the intimate relationship between book and reader.

Palavras-chave: History of Reading. Reading skills practice. Erotic Literature. French Literature. France – 18th century.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Jovem leitora.....	21
Figura 2 -	Leitura de uma senhora.....	22
Figura 3 -	Leitura de Molière.....	23
Figura 4 -	Reconstrução do Papiro Erótico de Turim.....	28
Figura 5 -	Folha de rosto de Le Canapé couleur de feu.....	31
Figura 6 -	Páginas de Les Bijoux indiscrets.....	32
Figura 7 -	Ilustração de Les Cent Vingt Journées de Sodome	34
Figura 8 -	Frontispício de Thérèse philosophe.....	35
Figura 9 -	Parte do privilégio em Nouveau Voyage aux isles de l’Amérique (1722)	45
Figura 10 -	Retrato de Lamoignon de Malesherbes.....	46
Figura 11 -	Retrato de Jean-Jacques Rousseau.....	55
Figura 12 -	Ilustração de Thérèse philosophe.....	66
Figura 13 -	Le chanteur en foire.....	67
Figura 14 -	A leitura.....	69

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	4
1.1	JUSTIFICATIVA.....	5
1.2	OBJETIVOS.....	7
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	8
2.1	CAMPO DE PESQUISA.....	8
2.2	TÉCNICAS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	8
2.3	POPULAÇÃO/AMOSTRA.....	9
3	REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
3.1	O LABIRINTO ENTRE A LETRA E O SUSPIRO.....	10
3.2	O PREÂMBULO DO GOZO É A PONTA DA PENA.....	25
3.3	ANEDOTA DAS PÁGINAS E DAS ANÁGUAS.....	37
3.3.1	Berço esplêndido da volúpia.....	37
3.3.2	A castidade tem a forma da Bastilha.....	41
3.3.3	Mãos que provocam labaredas.....	51
3.3.4	Traças de segunda prateleira.....	57
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
	REFERÊNCIAS.....	74
	ANEXO A – PRISÕES DE INFRATORES DA LEI DO LIVRO NA BASTILHA, DE 1659-1769.....	80
	ANEXO B – LISTA DE BEST-SELLERS CLANDESTINOS NOS VINTE ANOS ANTERIORES À REVOLUÇÃO FRANCESA.....	81

1 INTRODUÇÃO

Não existe acesso ao passado sem mediação.

— Robert Darnton

Abordar a História da Leitura é buscar compreender o homem através de sua maneira de se expressar ao longo dos séculos, trata-se do vínculo estabelecido entre o indivíduo do presente e seus antepassados. A leitura, incorporada ao indivíduo, implica ideias de continuidade e originalidade, onde os resquícios de uma época fundem-se à outra, na construção de novas identidades, assimilações, interpretações e reflexões. Assim, enxerga-se a leitura como “[...] prática criadora, atividade produtora de sentidos singulares, de significações de modo nenhum redutíveis às intenções dos autores de textos ou dos fazedores de livros [...]” (CHARTIER, 1988, p. 123), uma construção individual que sugere a liberdade do leitor em relação à obra, que lhe oferece uma “roupagem” de acordo com sua necessidade – seja para a construção de um saber ou puramente diversão.

Contudo, definir como se caracteriza a leitura de um determinado período em seu contexto histórico-social é uma difícil tarefa, pois seu caráter individual pouco deixa rastros – como compreender quais são as associações e transformações que ocorrem em um leitor ou em um grupo de leitores? Pode-se dizer, dessa maneira, que a própria História da Leitura constrói-se a partir da subjetividade e percepções humanas, e seu principal questionamento pode ser resumido nas palavras de Darnton (1992, p. 200): “A leitura possui uma história. Mas como podemos recuperá-la?”.

Se por um lado, todo leitor possui uma autonomia individual para dotar de sentido o livro que possui em mãos, por outro, o ato de ler é tomado “[...] por limitações derivadas das capacidades, convenções e hábitos que caracterizam, em suas diferenças, as práticas de leitura.” (CHARTIER, 1999, p. 77). Assim, a importância de definir um recorte temporal específico para analisar o leitor deriva do fato de que a sua figura jamais é contínua – assim como o livro, o leitor está em constante mutação; sua subjetividade é construída a partir de sua época, seu espaço geográfico, sua vivência pessoal e única com a sociedade que o cerca.

Darnton (1992) indica que é possível começar a delinear uma compreensão do processo de construção da leitura através dos registros dos próprios leitores sobre suas experiências, por meio de documentos escritos por seus punhos (correspondências), ou por meio indireto (registros de prisões) e estabelecer uma relação entre esses registros individuais com o estudo de como se caracterizava a sociedade e o cidadão de determinada época. E,

mesmo se não for possível obter registros que possam fornecer um entendimento do leitor em seus aspectos íntimos, comportamentais e cognitivos; ainda assim é possível, segundo Darnton (1992, p. 201), buscar responder a essas questões através de uma “história externa da leitura”, compreendida como um fenômeno social e sendo capaz de responder questões factuais, a respeito de quem lia, o que era lido, onde e quando era lido.

Assim, o presente trabalho tem por objetivo compreender uma parte da História da Leitura através do estudo de seus leitores – como se manifestavam as práticas de leitura de obras eróticas da França do século XVIII, buscando observar como o contexto social francês contribuiu para o aperfeiçoamento e difusão do gênero erótico e incitou a marginalização de seus leitores, autores e difusores. Com esse objetivo, o trabalho será dividido em três principais seções: em **“O labirinto entre a letra e o suspiro”**, primeiramente será estabelecida uma reflexão da História da Leitura como um campo de estudo, delineando quais são os questionamentos teóricos e metodológicos desenvolvidos e discutidos pelos principais autores na área e afins, estabelecendo assim como é estudada a relação entre a obra e seu leitor. Em seguida, em **“O preâmbulo do gozo é a ponta da pena”**, será conceituado o que é considerado uma obra erótica, buscando apresentar as discussões etimológicas e as diferentes formas que esse gênero literário pode assumir de acordo com o período em que se encontra. Por fim, dar-se-á em **“Anedota das páginas e das anáguas”** o panorama histórico-social do período escolhido e seu contraste com a História da Leitura de obras eróticas até então, permitindo a identificação das práticas de leitura dos indivíduos naquele período e as possíveis respostas aos questionamentos levantados por Darnton: *quem* lia, *o que* lia, *onde* lia e *quando* lia, assim como questões que envolvem um aspecto subjetivo do campo da História da Leitura: *como* lia e *por que* lia.

1.1 JUSTIFICATIVA

O presente trabalho busca responder questões essenciais que permeiam o estudo da História da Leitura, por meio do estabelecimento de uma relação entre a História vista numa perspectiva política, econômica e social e a História observada pela perspectiva do livro e do leitor. Dessa maneira, busca-se explicitar as ferramentas teóricas que são aplicadas por estudiosos renomados na área, como Chartier (1994a, 1994b, 1988, 1991, 1999, 2004) e Darnton (1986, 1990, 1992, 1996, 1998, 2005, 2016), para o estudo das práticas de leitura do indivíduo ou de um determinado grupo social, a fim de pontuar a importância de uma metodologia específica para o estudo desta área que envolve, em essência, a subjetividade

humana. Compreender a História da Leitura significa obter um entendimento mais apurado acerca da cultura de um determinado período, assim como a mentalidade e as percepções dos indivíduos que nele viviam.

A delimitação do objeto de leitura como obras eróticas deriva do caráter proibido e censurável que foi atribuído a esses documentos ao longo da Idade Moderna, em contraposição com o forte comércio de livros proibidos que desenvolveu-se na França setecentista. O grande número de fontes disponíveis a respeito da história política e econômica, do comércio livreiro, dos best-sellers da época e dos autores populares do período também foram fundamentais para a escolha, buscando assim um forte embasamento para esse estudo que é, em essência, teórico.

A Biblioteconomia, muito além da visão de um conjunto de técnicas para a organização da informação e do conhecimento, é um campo que busca compreender o leitor e suas necessidades informacionais em busca do desenvolvimento e da emancipação social, sendo o bibliotecário o profissional responsável por realizar a intermediação entre a informação e o sujeito (SANCHES; RIO, 2010). Apesar de ser um tema de amplo interesse para a Biblioteconomia, a leitura ainda é um tema pouco explorado em seus aspectos históricos pelos pesquisadores bibliotecários. Assim, a exploração do tema por meio deste trabalho, bem como o esclarecimento de como manifesta-se a subjetividade do indivíduo e quais são as implicações da relação entre o sujeito e o documento é de suma importância para o desenvolvimento da área e o esclarecimento de seu potencial como transformador social e formador de identidades. Além disso, em sua abordagem, o trabalho beneficia o estudo do erotismo, suas manifestações literárias e seus impactos sociais, favorecendo assim novas maneiras de pensar e repensar o estudo da sexualidade humana.

A psique do indivíduo é um tema que há muito desperta-me o interesse – dentre as diversas abordagens que a Biblioteconomia foi capaz de me oferecer ao longo da graduação, considero que a compreensão do íntimo relacionamento entre o ser humano e o livro foi o tema que mais me cativou. Assim como imaginar uma nova cor para além do espectro visível aos nossos olhos, desvencilhar as palavras – sejam oralizadas ou textuais – de nossas mentes é uma proposta que beira a impossibilidade. A articulação das primeiras palavras, o desenvolvimento da linguagem, a memória do oral preservada por meio do escrito – prolongamos nossas mentes e espíritos graças às palavras, os livros entram em tal contexto como ferramentas que ampliam, moldam e são moldados pelos sentidos humanos. Escolher o estudo das práticas de leitura e sua história nada mais é do que uma parte da minha busca pelo autoentendimento.

1.2 OBJETIVOS

Objetivo geral:

Compreender quais eram as práticas de leitura de obras eróticas na França do século XVIII.

Objetivos específicos:

- Mapear os aspectos teóricos e metodológicos que contornam e oferecem subsídios aos estudos do campo de História da Leitura;
- Discutir o que é considerado uma obra erótica;
- Apresentar o contexto político, econômico e social no qual a França se inseria no século XVIII;
- Apontar de que forma esse contexto provocou alterações no comércio de obras eróticas e, conseqüentemente, na relação entre livro e leitor;
- Identificar quais eram as práticas de leitura de obras eróticas no século XVIII francês, buscando responder os seguintes questionamentos: quem lia, o que lia, onde lia, quando lia, como lia e por que lia.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nas seguintes subseções serão delimitados o campo de pesquisa, as técnicas de coleta e análise de dados e a população/amostra, apresentando assim como foi elaborada as etapas da pesquisa e a seleção das fontes para o embasamento teórico do estudo.

2.1 CAMPO DE PESQUISA

O campo escolhido para a pesquisa foi o bibliográfico, inferindo assim que a pesquisa será focada em informações de aspectos históricos e conceituais obtidos por meio de revisão da literatura produzida na área delimitada. Dessa forma, foram utilizados livros, artigos científicos, enciclopédias e dicionários.

2.2 TÉCNICAS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Para a coleta de dados, a pesquisa foi baseada em leitura exaustiva das fontes bibliográficas devidamente referenciadas. Para a obtenção dos materiais, utilizou-se o Google Acadêmico, o Sistema Alexandria disponibilizado pela Rede de Bibliotecas Parque do Rio de Janeiro, a Rede Pergamum disponibilizada pela Biblioteca da Marinha do Brasil e a Base Minerva disponibilizada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sendo empregadas as palavras-chave “História da Leitura”, “Práticas de Leitura”, “Leitura proibida”, “Literatura erótica”, “Livros eróticos”, “Literatura Francesa” e “História Moderna”. A leitura de artigos científicos a respeito da prática de leitura sob perspectivas das áreas de Educação e da Sociologia também foi valiosa para estabelecer relações entre seu estudo em uma perspectiva de objeto histórico e em sua perspectiva de construção de identidades individuais e coletivas.

Todas as fontes de informações passaram por uma análise efetuada por meio de fichamento, onde levantou-se as principais ideias dos autores, suas discussões e questionamentos para o campo escolhido, demarcando citações relevantes e buscando respostas para as dúvidas provocadas ao longo da pesquisa. O processo foi completamente sistematizado em tópicos já previamente selecionados na estrutura do trabalho.

2.3 POPULAÇÃO/AMOSTRA

A amostra constituiu-se de livros, dicionários, artigos científicos nas áreas de História Moderna, História da Leitura, História Cultural, História do Livro, Sociologia da Leitura e Literatura Francesa, buscando encontrar em cada campo os fragmentos necessários para a elaboração da pesquisa. Além disso, foram selecionadas e analisadas algumas obras eróticas da França setecentista para exemplificar as práticas de leitura do gênero literário.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico contemplará três seções principais, seguindo assim uma cadeia lógica para a demonstração do tema e tratamento das questões delimitadas. Serão apresentados conceitos e bases teóricas para as discussões estabelecidas, buscando apresentar o que a literatura das áreas pontuadas pode oferecer para a pesquisa.

3.1 O LABIRINTO ENTRE A LETRA E O SUSPIRO

verba volant, scripta manent

— Provérbio latino.

Dentre as complexas abstrações que buscam estabelecer uma relação adequada entre uma palavra e seu significado, talvez o verbo ler ofereça um dos mais instigantes desafios. Realizando uma busca etimológica, observa-se que o verbo deriva da palavra latina *legere*, que foi concebida com idêntico significado: a realização, por parte do indivíduo, de uma associação cognitiva entre um código linguístico e um específico significado, sendo assim a capacidade de “[...] decifrar e interpretar o sentido de [algo]” (FERREIRA, 2008). Sutter (2002) aponta que é possível identificar mais um significado para a palavra em sua origem, anterior ao que prevaleceu – o ato de colher, uma atividade sagrada para os povos antigos, intimamente relacionada com a sobrevivência, sendo esta a dádiva concedida aos seres humanos pelos deuses. A autora também revela que a ideia de colher é capaz de ir além da ideia de juntar, também assumindo a ideia de *selecionar*, que por sua vez explica sua participação na formação do verbo *intelligere* (compreender), “escolher mentalmente entre”. Observa-se então que o verbo ler, mantendo-se fiel à sua origem, deduz que há uma colheita, uma apropriação de alguma coisa – seja no campo físico, que é possível aludir à colheita da palavra escrita, ou no campo abstrato, composto pela colheita de conceitos e ideias. Uma colheita dotada de sacralidade, assim como o alimento, que resguarda a sobrevivência e perpetuação do pensamento humano na forma de signos.

Buscando estabelecer uma discussão acerca da definição conceitual do verbo ler, observa-se que o Dicionário do Livro (FARIA; PERICÃO, 2008, p. 434) oferece duas possibilidades principais a serem consideradas: “percorrer com os olhos aquilo que está escrito, decifrando e traduzindo signos” e “entender, compreender ou interpretar aquilo que está escrito”. Estudos mais elaborados como o de Paulino et al (2011 apud CAVALCANTE

FILHO, 2011), reforçam e expandem o significado do verbo para três variantes significativas, a pontuar: a primeira variante associa o verbo ao ato de soletrar, compreender os signos linguísticos; a segunda, trata o ato de ler como uma busca de sentidos no texto lido, sentidos esses que são atribuídos pelo autor da obra; a terceira, por sua vez, tem um caráter inovador ao elevar o leitor, colocando em uma posição autônoma, capaz de atribuir sentidos ao que lê, sentidos esses que independem do que havia sido pretendido pelo autor do texto. Assim, percebe-se que o ato de ler constitui uma construção de significados onde as ideias, muito além das amarras sintáticas dos textos e dos interesses originais de quem os produziu, alcançam voo para além dos limites impostos, desde que o leitor lhe ponha asas; e abre portas para os estudos do campo de História da Leitura numa abordagem delineada por Chartier (1988), como um estudo de processos que são capazes de construir sentidos.

É perceptível que essa terceira variante apontada oferece um verdadeiro desafio aos estudiosos, visto que é possível analisar a qualidade da compreensão textual de um indivíduo pela decodificação, pelo agrupamento das letras e frases; assim como é possível verificar se o mesmo indivíduo, por meio da aplicação da primeira variante, foi capaz de atingir a segunda – compreensão do sentido pré-construído pelo autor. Contudo, como analisar os sentidos construídos pelo leitor, considerando que trata-se de um processo que pode mal ser avaliado pelo próprio indivíduo sujeito às novas construções e apropriações do que é lido?

Com isso em pauta, os primeiros estudos dedicados à História da Leitura vista como um campo do saber foram iniciados através de revisões acerca da História durante a década de oitenta (FONSECA, 2013), onde passou-se a considerar as representações e práticas dos indivíduos no estudo histórico-cultural. Isso estabelece uma fundamental diferenciação com o campo da História do Livro, que iniciou-se no século XIX por meio da materialidade proporcionada pelo objeto de estudo e firmando-se por meio de proposta metodológica de “[...] analisar como os livros surgem e se difundem entre a sociedade.” (DARNTON, 1990, p. 112). A História da Leitura assim derivou-se da necessidade de, a partir da história traçada pela perspectiva do livro, reconstituir paralelamente “[...] a experiência literária dos leitores comuns.” (DARNTON, 1990, p. 110). Apesar de distintos, ambos os campos alimentam-se mutuamente, sendo preciso um olhar perspicaz do historiador que busca compreender uma parte da relação entre livro e leitor, onde o esclarecimento de um necessariamente é definido pelo esclarecimento do outro.

A escrita originou-se de uma elaboração; a leitura desenvolveu-se com a compreensão mais profunda pela humanidade dos recursos latentes da palavra escrita. A história da escrita foi marcada por uma série de

influências e refinamentos, ao passo que a história da leitura envolveu estágios sucessivos de amadurecimento social. Escrita é expressão, leitura é impressão. A escrita é pública; a leitura, privada. A escrita é limitada; a leitura, infinita. A escrita congela o momento. A leitura é para sempre. (FISCHER, 2006, p. 8)

A problemática fundamental que permeia o estudo da História da Leitura é a ausência de uma resposta clara para a questão da assimilação do indivíduo leitor em relação a obra lida. O livro, em sua posição material, pode ter seu ciclo definido por vários recortes de estudo, como sua cadeia produtiva ou comercial. Sua corporalidade permite o rastreamento, a contabilização, a organização sob formas sistemáticas como catálogos de editoras e classificações em bibliotecas. Mas e a leitura, cujo caráter é essencialmente incorpóreo? Como desvendar e contextualizar as assimilações textuais realizadas por indivíduos de diferentes épocas em estudos realizados posteriormente?

Assim, dentre tantos questionamentos, pode-se dizer que o atual foco da História da Leitura trata-se da tentativa de reconstituir o “[...] contexto social da leitura [...]” (DARNTON, 1990, p. 128), onde é possível delinear a ação de ler como uma poderosa ferramenta de mudança cultural no ambiente em que ocorre. Para tal, o pesquisador pode – e deve – utilizar-se da Sociologia para oferecer a dimensão coletiva que torna-se indispensável ao estudo. Afinal, a leitura está fortemente relacionada à posição que o indivíduo se encontra no mundo; dependendo, antes da relação entre livro e leitor, da relação entre indivíduo e sociedade.

Se o estudo da História da Leitura tem um caráter interdisciplinar, seus conceitos e ideias são portanto construídos paralelamente aos avanços de pesquisas com outros objetos, pertencentes ao campo historiográfico ou não. Burke (2005), em sua busca de estabelecer uma definição e delimitação para os estudos de História Cultural, afirma que o estudo das *práticas* constitui um paradigma completamente inovador, pertencente à Nova História Cultural (NHC) onde o historiador abandona o foco essencialmente teórico e busca tornar-se um observador – na medida do possível – da manifestação prática do fenômeno, como a “[...] história da fala, e não da linguística [...]” (BURKE, 2005, p. 78), um paradigma que pode e está sendo aplicado em estudos de diversas áreas e subáreas do conhecimento, inclusive a História da Leitura.

Nesse contexto, dois teóricos possuem um papel fundamental no berço dos estudos da História da Leitura a partir da perspectiva da NHC: os historiadores franceses Michel de Certeau e Roger Chartier. Abordando diferentes linhas de estudo, Certeau e Chartier modificaram a maneira pela qual a relação entre leitor e livro era vista até o século XX, o

primeiro ao buscar a compreensão da cultura por meio do estudo do cotidiano e o outro ao estudar as práticas culturais de sujeitos letrados e iletrados na formação e transferência da cultura oral para a cultura escrita (BARROS, 2003).

Na análise do pensamento de Certeau (1998), observa-se primeiramente uma abordagem educacional e psicolinguística do processo de leitura e escrita, argumentando que existe uma relação paralela entre a decifração dos códigos textuais e leitura do texto ao longo da escolarização, tratando-se assim de duas ações distintas. Assim, entende-se que

[...] somente uma memória cultural adquirida de ouvido, por tradição oral, permite e enriquece aos poucos as estratégias de interrogação semântica cujas expectativas a decifração de um escrito afina, precisa ou corrige. [...] Tudo se passa portanto como se a construção de significações, que tem por forma uma expectativa (esperar por algo) ou uma antecipação (fazer hipóteses) ligada a uma transmissão oral, era o bloco inicial que a decodificação dos materiais gráficos esculpia progressivamente, invalidava, verificava, detalhava para dar lugar a diversas leituras. O escrito apenas corta e cava na antecipação. (CERTEAU, 1998, p. 263)

Dentre esses dois fenômenos particulares ao indivíduo, observa-se no pensar de Certeau (1998) o surgimento de uma teoria cultural onde é delineada uma nova forma de pensar o papel do leitor e o significado das práticas de leitura. Antes, se a leitura era submetida a uma caracterização passiva, relativa à hierarquização culturalmente construída onde o papel de leitor se resumia ao de receptor inerte, dependente do ritmo estabelecido pelo escritor e sua produção textual, atualmente essa passividade é colocada em pauta. Se toda leitura é uma atividade individual e está exposta à subjetividade do leitor, é de inferir-se que a prerrogativa apontada por Certeau onde “[...] ‘toda leitura modifica seu objeto’ [...]” (1998, p. 264) deve ser a base para repensar a hierarquização da leitura – não a estabelecida pela ordem de um sistema de produção autor-leitor interligada pelo objeto escrito e lido, mas dos *processos* de escrita e leitura, onde o autor assim define o *lectio*, uma produção inerente a determinados leitores e cuja existência fora do círculo de leitores privilegiados na sociedade é questionada, assim definindo:

Este não toma nem o lugar do autor nem um lugar de autor. Inventar nos textos outra coisa que não aquilo que era a ‘intenção’ deles. Destaca-os de sua origem (perdida ou acessória). Combina os seus fragmentos e cria algo não-sabido no espaço organizado por sua capacidade de permitir uma pluralidade indefinida de significações. (CERTEAU, 1998, p. 264)

Vale ressaltar que, na abordagem de análise do discurso, essa visão é reafirmada pelo conceito de práticas discursivas, onde o uso ativo da linguagem implica em “[...] momentos

de ressignificações, de rupturas, de produção de sentidos [...]” (SPINK; MEDRADO, 2004, p. 45), onde confrontam-se autor e leitor, o individual e o coletivo, a palavra escrita e sua apropriação.

Apesar das sequências de questionamentos levantados por Certeau (1998), que englobam as áreas como Psicologia, Educação, Sociologia, História e Antropologia, observa-se que ainda há um longo caminho para a análise do processo de leitura, onde espera-se que a mudança na forma de encarar o processo como a anteriormente apontada possa fornecer um ponto de partida para o estudo de presentes e posteriores fenômenos.

Prosseguindo com os apontamentos em História Cultural, Chartier (1988, 1994a) merece um importante destaque. Parafraseando Certeau em seus estudos, o autor argumenta que a História da Leitura é definida por um paradoxo essencial, explicitado por uma contraposição de ideias onde a primeira propõe que “[...] a leitura não é jamais limitada, não podendo, assim, ser deduzida dos textos dos quais ela se apropria. A segunda sublinha que as táticas dos leitores [...] obedecem a regras, lógicas, modelos.” (CHARTIER, 1994a, p. 27) ao considerar-se a existência do meio social e cultural como um elemento delimitador na relação entre o leitor e o que é lido. Assim, embora submetido a determinadas especificidades da cultura em que se insere, o leitor se responsabiliza por uma “segunda autoria” dada ao texto, que vai muito além do que o autor ofereceu à palavra escrita – uma produção de sentido própria, embora sempre social, que promove o questionamento, a reflexão, o entendimento do indivíduo de sua posição na realidade, interferindo assim no ambiente e nas suas relações interpessoais com o coletivo.

A teoria desenvolvida por Chartier (1988) oferece uma expansão das noções de “apropriação”, “práticas” e “representações” e suas associações mútuas para a formação da cultura, conceitos essencialmente ligados aos estudos em História da Leitura. Para Chartier, “[...] tanto os objetos culturais seriam produzidos ‘entre práticas e representações’, como os sujeitos produtores e receptores de cultura [...], que de certo modo corresponderiam respectivamente aos ‘modos de fazer’ e aos ‘modos de ver’.” (BARROS, 2003, p. 157). A “apropriação” entraria nesse contexto com uma reformulação “[...] que põe em relevo a pluralidade dos modos de emprego e a diversidade das leituras [...]” (CHARTIER, 1988, p. 26), sendo assim de caráter essencialmente interpretativo e relacionadas às práticas pelas quais determinada apropriação é produzida, reconhecendo assim que há um fator determinístico e condicional na construção da interpretação e do sentido pela leitura. Oriundas de necessidades sociais, por “representações” compreende-se a atribuição de um determinado papel ou função a um objeto específico, que pode ser algo físico ou até mesmo uma ideia.

Essa atribuição é comumente aceita e difundida pelo grupo social em que existe, sendo tratada como algo pertencente e cultural. No estudo das “práticas”, por sua vez, observa-se o modo como os indivíduos agem de acordo com as representações do período e espaço em que vivem, de acordo com seu contexto social – percebe-se então a manifestação dos costumes, das atitudes de determinado grupo social. Barros (2003), ao buscar uma explicar tais noções por meio do uso de exemplos, expõe a abordagem de Chartier tomando a construção do livro, onde

As práticas culturais que aparecem [...] são tanto de ordem *autoral* (modos de escrever, de pensar ou expor o que será escrito), como *editoriais* (reunir o que foi escrito para constituir-lo em livro), ou ainda *artesanais* (a construção do livro na sua materialidade, dependendo de estarmos na era dos manuscritos ou da impressão). Da mesma forma, quando um autor se põe a escrever um livro, ele se conforma a determinadas representações do que deve ser um livro, a certas representações concernentes ao gênero literário no qual se inscreverá a sua obra, a representações concernentes aos temas por ela desenvolvidos. Este autor também poderá se tornar criador de novas representações, que encontrarão no devido tempo uma ressonância maior ou menor no circuito leitor ou na sociedade mais ampla. (BARROS, 2003, p. 160)

Percebe-se então que essas três noções estão inseridas em um ciclo, onde as representações são fundamentalmente criadoras e moldadoras de determinadas práticas, que por sua vez podem gerar novas representações dependendo da maneira como são apropriadas individual e coletivamente. Dessa maneira, a leitura, vista como recepção do objeto, se enquadra como uma prática criadora onde, assim como a escritura do livro, é essencial para a criação de representações.

Na abordagem de Chartier, observa-se que as práticas em relação à apropriação do escrito não estão inerentes ao grupo dos indivíduos letrados, sendo o “escutar” também inserido como parte das “[...] *atitudes* intelectuais que [...] permitem na verdade a reapropriação, o desvio, a desconfiança ou resistência.” (CHARTIER, 1988, p. 59, grifo nosso). Infere-se dessa maneira que o indivíduo iletrado, apesar de sua limitação no processo decodificador, também está sujeito às representações de seu meio e capaz de apropriar-se do texto à sua própria maneira (leitura coletiva, oralizada), participando portanto de maneira ativa do ciclo cultural de práticas e representações.

Em uma perspectiva semelhante ao que foi explicitado até então, os aspectos culturais e sociológicos que permeiam a História da Leitura e os fatos literários culminam em uma disciplina que ainda é pouco difundida, mas que pode fornecer ferramentas teóricas e novas abordagens para pensar a respeito da relação entre autores, livros e leitores – a Sociologia da Leitura. Levando em consideração os estudos sobre fenômenos literários, cujo valor é

expresso por Candido (1976, p. 74 apud Gonçalves, 2013, p. 69) ao definir a literatura como “[...] um sistema vivo de obras, agindo umas sobre as outras e sobre os leitores; e só vive na medida em que estes a vivem, decifrando-a, aceitando-a, deformando-a”, a Sociologia da Leitura propõe a inseparabilidade da obra e de seu autor ao abordar o papel do leitor como objeto de estudo, compreendendo que esses três elementos são fundamentais para o processo em que uma determinada ideia é criada, exteriorizada e apropriada.

Contudo, não é fácil propor tal inseparabilidade, considerando que cada um desses três elementos originam e derivam diferentes problemáticas. O desafio, segundo Gonçalves (2013) está em identificar e entender as influências que os elementos exercem entre si, seus pontos convergentes e – por quê não acrescentar? – suas rupturas e fatores socioculturais que os englobam, a fim de entender, por exemplo, a formação do público leitor, as manifestações comportamentais e a distribuição da produção cultural entre as diferentes classes sociais de um determinado espaço.

No contexto brasileiro, o campo de História da Leitura ainda configura-se em estudos mais recentes por seus pesquisadores – de acordo com Klinke (2010), o campo começou a se delinear por volta da década de noventa. Sem uma constituição autônoma em princípio, seu discurso é caracterizado principalmente pelo diálogo que ocorre entre diversas disciplinas como a Sociologia, a Linguística e a Psicanálise, favorecendo uma abordagem interdisciplinar do campo. A autora também analisa que no Brasil são apresentados dois aspectos investigativos em História da Leitura, em que observa-se que: a) os estudos sobre a leitura expressam diferentes perspectivas para análise; b) a produção sobre leitura encontra-se em alta, revelando tentativas de fornecimento de subsídios para a melhor compreensão do ato de ler, além do desenvolvimento de grupos de pesquisa e disciplinas que tenham a leitura como tema principal.

Nesse campo ainda em construção em âmbito nacional, deve-se destacar os estudos pioneiros de Abreu (1999, 2000, 2001, 2005), que estabelece relações fundamentais entre cultura, literatura e formas de leitura, além de alertar para as ideias pré-concebidas e difundidas em sociedade sobre o que é ler e como se manifesta relação entre livro e leitor no Brasil: “Não parece razoável [...] que se continue a pensar apenas nas obras consagradas, nos grandes escritores e pensadores. É preciso conhecer as leituras correntes, aquelas que pessoas comuns realizam em seu cotidiano. E sobre isso pouco sabemos.” (ABREU, 2001). Nota-se a rica produção da autora em conjunto com autores como Bragança (2001, 2002, 2010), que destaca-se na autoria de obras dedicadas à História do Livro, à cultura impressa no Brasil e ao

papel dos autores; e Schapochnik (1999, 2005, 2008), estudioso dos campos de História do Livro e História da Leitura, que oferece especial destaque à figura das bibliotecas.

Em busca de fomentar os estudos brasileiros em História da Leitura, podemos encontrar a iniciativa de Zilberman (2007), que ressalta em seu trabalho a importância à instituição escolar na construção e aperfeiçoamento das possibilidades de leitura e compreende o domínio da leitura como um elo fundamental entre o indivíduo e sua nação. Para tal, a autora utiliza-se de uma abordagem do campo da Literatura para respaldar seus argumentos, entendendo que

A história da leitura no Brasil congrega o percurso das instituições encarregadas de patrociná-la. A principal delas é a literatura, até agora não invocada, mas que tem seu lugar numa história da leitura. Essa não apenas supõe a existência das obras escritas, mas também de um conceito de literatura. No caso, trata-se da concepção que distingue, de um lado, a produção de textos impressos em geral, de outro, as Belas Letras. (ZILBERMAN, 2007)

Um destaque especial deve ser dado ao historiador Luiz Villalta (1999, 2009), que aborda em seus trabalhos os campos de História do Livro, História da Leitura e História da Cultura, ressaltando a temática da libertinagem em suas linhas de pesquisa. Em sua tese, além de formular um panorama acerca do histórico do campo de História da Leitura e abordar as tensões existentes entre autores e editores na construção do texto que alcança as mãos do leitor, Villalta (1999) ainda reforça a discussão do poder e influência das práticas de instituições censoras como a Igreja e o Estado para a constituição, difusão e conceitos acerca do livro. Para ele, a historiografia surge como uma ferramenta norteadora, capaz de oferecer

[...] sugestões preciosas a respeito das fontes a serem empregadas em investigações sobre a história do livro e leitura no Brasil: os sequestros dos bens das pessoas envolvidas nas Conjurações do século XVIII; os depoimentos prestados pelos diversos conjurados nas devassas; os inventários *post mortem*; os catálogos de livros e as listas de obras encaminhadas ao aparato censório português após 1768; os róis de livros retidos nas alfândegas; as obras literárias; os relatos de viajantes [...]. Tais testemunhos permitem investigações sobre um amplo leque de temas e relações referentes à história do livro e da leitura: na *imposição da ortodoxia do texto*, as práticas de censura; os gêneros e as formas de classificação dos livros empregados por editores, livreiros e censores; e os aspectos materiais dos impressos; e, na vertente da *diversidade de leituras antigas*, o comércio livreiro, a distribuição social da posse dos livros, as bibliotecas, as práticas de leitura e as formas de apropriação do texto, correlacionando livros e idéias professadas pelos leitores. (VILLALTA, 1999, p. 17-18)

Em uma abordagem interdisciplinar, pode-se ressaltar a importância das reflexões do educador Paulo Freire (1921-1997), cujos trabalhos são reconhecidos por sua relevância no campo da Pedagogia brasileira e internacional, para os estudos em História da Leitura. Freire

(1997, p. 20), ao escrever sobre suas percepções e seu desenvolvimento, ainda jovem, como leitor, reflete que “[...] a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele.”, estabelecendo assim uma relação dinâmica entre a palavra e a realidade, o contexto em que o indivíduo está inserido. O ato de ler, portanto, estaria para além da compreensão do texto, para além da compreensão das unidades semânticas – um leitor com consciência, um leitor crítico, seria aquele capaz de situar a palavra em seu próprio mundo, recriá-la a partir de suas experiências individuais e da inseparabilidade que se estabelece entre esse indivíduo e a sociedade que o cerca. Em sua experiência, o aprendizado da leitura, portanto, trata-se de uma *atividade perceptiva*, um processo de alfabetização que inicialmente significa a apreensão da realidade, que por fim se traduz em substantivos e verbos.

Percebe-se assim que os estudos em História da Leitura encontram no Brasil um cenário em expansão, um leque de ricas possibilidades tanto para o âmbito do livro e da leitura, quanto em um aspecto cultural e sociológico no processo de formação do leitor brasileiro.

Reforçando as perspectivas e abordagens aqui delimitadas, ao entender a leitura como um fenômeno social em seus processos construtivos, Darnton (1992) estabelece os cinco questionamentos fundamentais que devem ser feitos ao debruçar-se sobre o estudo em História da Leitura – *quem lia* – o recorte do grupo social, que pode ser estudado de maneira macro, como em determinada nação, ou micro, como pessoas pertencentes a determinada classe social; *o quê lia* – qual o tipo de obra, o gênero literário; *onde lia* – qual ponto espacial-geográfico está sendo tratado, a inserção do leitor em determinado ambiente; *quando lia* – em qual época. Esses quatro questionamentos podem ser tratados de maneira objetiva, diferente das questões de *como lia* e *por que lia* – que tratam essencialmente, como abordado ao longo da seção, da maneira pela qual ocorre a apropriação do escrito pelo indivíduo, fortemente influenciada por elementos sociais e culturais.

Com o objetivo de oferecer um aprofundamento dos estudos das práticas culturais relacionados à leitura, Burke (2005) expõe alguns desdobramentos que demonstram as manifestações das práticas, dos *modos* de ler (*como* e *por que* da leitura), de acordo com as necessidades dos grupos sociais e dos contextos históricos em que estão inseridos. Em linhas gerais, o autor argumenta que esses desdobramentos incluem três mudanças fundamentais para o estudo histórico: “[...] da leitura em voz alta para a leitura silenciosa; da leitura em público para a leitura privada; e da leitura lenta ou intensiva para a leitura rápida ou ‘extensiva’ [...]” (BURKE, 2005, p. 83). Cada uma dessas mudanças citadas serão discutidas a

seguir, a fim de contextualizar historicamente os marcos que permeiam os estudos dos historiadores.

A respeito da primeira mudança, Manguel (1997, p. 61) apresenta-nos uma ideia onde “As palavras escritas, desde os tempos das primeiras tabuletas sumérias, destinavam-se a ser pronunciadas em voz alta, uma vez que os signos traziam implícito, como se fosse sua alma, um som particular.”. O leitor em seus primórdios, ao praticar a leitura em voz alta, fornecia vida à palavra que estava estática. A gestualidade durante a leitura, o timbre da voz emprestado às sílabas, cada detalhe dessa forma específica de ler oferecia uma singularidade ao texto lido, uma interpretação que dependia mais do leitor ativo, que fornecia sua vida ao texto ao “[...] dominar o código escrito estabelecido [...]” (SILVA, 2011, p. 4), do que do leitor passivo, que o ouvia atentamente. A sociedade grega antiga foi essencial nesse processo, considerada responsável por consolidar a leitura como “[...] não [...] mais um simples recurso de memória, mas um canal autônomo para a transmissão de informação, interpretação e criação.” (FISHER, 2006, p. 51). Assim, observa-se a importância da oralidade nas sociedades antigas como forma de propagar determinadas ideias e gestos por meio de seus oradores, que tornavam-se marcos da intimidade entre o leitor e a obra, responsáveis por fornecer determinados significados ao que liam, muito além do que o autor do texto poderia definir ou pretender em sua confecção.

A transição da oralidade para a leitura silenciosa pode ser vista documentada em relatos de autores como Santo Agostinho¹ (354-430) (MANGUEL, 1997), cuja vivência no século IV já manifestava o conflito entre o estranhamento e apropriação da leitura silenciosa como uma forma válida de interpretação textual. O desenvolvimento gradual de mecanismos de pontuação e separação entre palavras² foi fundamental para o progresso da leitura silenciosa, pois permitia ao leitor “[...] a possibilidade de ler com mais rapidez e, portanto, de ler mais textos e textos mais complexos.” (CHARTIER, 1994b, p. 187), além de uma maior autonomia na compreensão do que estava escrito, diminuindo ambiguidades e facilitando o processo de reflexão; nas palavras do teólogo Isidoro de Sevilha (560-636) importante figura do século VII: “As letras têm o poder de nos transmitir *silenciosamente* os ditos daqueles que estão ausentes.” (MANGUEL, 1997, p. 66). Apesar do avanço gradual da leitura silenciosa pelos séculos seguintes, a oralidade, manifestada principalmente na forma de leituras

¹ Em sua obra *Confissões*, Agostinho descreve sua surpresa ao conhecer bispo Ambrósio, um homem culto e respeitável que tinha por hábito ler silenciosamente por longos períodos de tempo, em uma época em que a oralidade era provavelmente a forma comum de leitura. Em outra passagem desta mesma obra, Agostinho descreve sua própria experiência com essa forma de leitura (MANGUEL, 1997).

² Introduzida pelos escribas irlandeses e anglo-saxônicos, durante o período da Alta Idade Média (476-1000) (CHARTIER, 1994b).

públicas, prosseguiu fortemente presente ao longo da Idade Média, considerando o baixo índice de pessoas alfabetizadas ainda neste período, a elitização do ensino e a existência de “[...] um monopólio da cultura intelectual por parte da Igreja.” (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 136), o que favorecia o grande número de leitores passivos nas sociedades europeias como um todo. Dentro dos mosteiros, porém, a leitura silenciosa avançou entre os escribas até tornar-se uma norma (MANGUEL, 1997), e sua documentação prosseguiu ao longo do período principalmente em importantes figuras alfabetizadas que, por meio da reflexão independente dos textos sagrados proporcionada pela leitura silenciosa, foram capazes de desafiar os dogmas de sua época – como o exemplo do monge Martinho Lutero, principal responsável pela Reforma Protestante³ no século XVI.

Adentra-se então na segunda mudança delineada por Burke (2005), observando-se que a forte cultura da leitura pública derivava da então baixa alfabetização da população vista numa perspectiva generalizada. Desde os primórdios da escrita, a decodificação dos símbolos textuais era tomada por restrições: vista como uma prática sagrada e voltada para a preservação de informações importantes, a palavra pertencia, em geral, aos representantes religiosos, escribas, à aristocracia e figuras de grande poder – a maioria esmagadora pertencente ao sexo masculino (FISCHER, 2006). Assim, dois fatores foram essenciais na gradual transformação desse cenário. O primeiro foi a Reforma Protestante, que tornou-se um importante divisor de águas ao atribuir “[...] ao ato de ler uma função necessária ao acesso à palavra de Deus [...]” (CASTRO, 1999, p. 63), defendendo a experiência da leitura individual para o contato com o divino. Essa ideia retirou das mãos dos representantes da Igreja Católica o absoluto controle e interpretação dos textos sagrados, como antes era pregado e difundido. Nesse contexto, o segundo fator essencial foi a difusão da imprensa de Gutenberg, nascida em meados do século XV, que permitiu a propagação de um grande número de textos traduzidos para línguas vernáculas europeias e facilitou o acesso pela grande parcela da população excluída do domínio da língua latina, até então predominante na comunicação escrita formal (BRIGGS; BURKE, 2006). É importante destacar que, apesar do aumento da circulação textual, a maior parte da população ainda permanecia analfabeta, ocorrendo assim a difusão de informações principalmente por meio da oralidade. A modificação gradual desse cenário e o surgimento cada vez mais frequente da leitura privada ocorreu a partir da formação crescente de um público alfabetizado “[...] particularmente após a laicização do ensino

³ Por meio de sua interpretação das Escrituras, Lutero questionou-se a respeito de atos praticados pela Igreja Católica que considerou como abusos à fé cristã, como a venda do perdão para pecados já condenados. Iniciada em 1517, a Reforma Protestante oferecia um novo olhar e novas práticas da fé, contando com a iniciativa de Lutero de traduzir e publicar a Bíblia em alemão em 1521. (MANGUEL, 1997).

iniciada na Revolução Francesa [...]” (DENIPOTI, 2002, p. 101), tornando-se especialmente presente nos ambientes domésticos a partir do século XIX e conquistando um amplo espaço entre o público feminino já a partir do século XVIII (BRIGGS; BURKE, 2006). No campo da materialidade do livro, isso se manifestou na popularização da confecção dos pequenos formatos pelos editores de livros por necessidades mercadológicas, tendo por exemplo o formato in-octavo⁴ e outros ainda menores que facilitavam o transporte e práticas de leitura confortáveis e domésticas, como repousado à cama ou ao chão (BRIGGS; BURKE, 2006). Observa-se na pintura abaixo a leitura íntima e confortável de uma jovem.

Figura 1 - Jovem leitora



Fonte: FRAGONARD, 1770⁵

Determinada como a terceira mudança e reconhecida como a “[...] ‘revolução da leitura’ do século XVIII.” (BURKE, 2005, p. 83), a leitura extensiva é considerada um lógico resultado da evolução da imprensa e da expansão do comércio livreiro. Ao deparar-se com um número cada vez maior de livros à disposição e expostos ao risco de dedicarem-se a uma obra que não servisse aos seus objetivos de leitura, infere-se que os leitores a adaptaram ao novo cenário “[...] inventando novas táticas, como selecionar, pular partes ou consultar o sumário ou índice para obter informações de um livro sem ter de lê-lo do começo ao fim.” (BURKE, 2005, p. 83). Essa foi uma mudança radical comparada à teoria da imagem do leitor praticante da leitura intensiva, cercado por um pequeno e determinado conjunto de textos “[...] lidos e

⁴ O formato de livro composto por uma folha de papel dobrada uma única vez é designado fólho. Um livro in folio é feito de folhas dobradas uma vez no meio, originando cada folha quatro páginas. A mesma folha, dobrada duas vezes, produz o formato in quarto, enquanto a folha dobrada três vezes origina o formato in octavo. O formato in octavo mede aproximadamente 18 centímetros (TIPÓGRAFOS, 2007).

⁵ Disponível em: <<http://www.nga.gov/content/ngaweb/Collection/highlights/highlight46303.html>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

relidos, memorizados e recitados, ouvidos e sabidos de cor, transmitidos de geração a geração.” (CHARTIER, 1994b, p. 189). Isso provocou uma ambivalência entre a superficialidade e o aprofundamento da leitura, entre a sacralidade e a dessacralização do texto. Na pintura a seguir, é possível observar a imersão da leitura da Bíblia realizada por uma senhora – possivelmente tratando-se de uma forma de leitura intensiva.

Figura 2 - Leitura de uma senhora



Fonte: DOU, 1631⁶

É importante ressaltar que cada uma dessas mudanças trata-se de processos graduais, baseados em coexistência e cujas manifestações são observáveis nos períodos posteriores, até em nosso próprio tempo: mesmo com o avanço da leitura silenciosa durante o Renascimento europeu, os séculos XVI e XVII ainda são marcados pelas “[...] leituras em voz alta, na taberna ou na carruagem, no salão ou no café, na sociedade selecta ou na reunião doméstica [...]” (CHARTIER, 1988, p. 123); por outro lado, mesmo com a revolução da leitura no século XVIII, que implicaria a leitura extensiva, “[...] há os exemplos [...] de leitores absortos, imersos em um dos romances lacrimajantes e populares da época [...]” (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 71). Abaixo, é representada uma leitura coletiva, realizada em reunião doméstica. Observa-se que, ao mesmo tempo no qual manifesta-se a leitura, também existe interação entre as diversas personagens que compõem a cena.

⁶ Disponível em: <<https://www.rijksmuseum.nl/en/collection/SK-A-2627>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

Figura 3 - Leitura de Molière



Fonte: TROY, [1728?]⁷

Não é possível estabelecer um momento exato onde um leitor ou grupo abandonou uma prática para dedicar-se à outra ou se elas coexistiram antes mesmo de uma delas se popularizar, muito menos estabelecer qual prática é superior ou inferior – todas possuem características essenciais que despertam diferentes formas de apropriação pelo indivíduo leitor, características estas que podem oferecer uma multiplicidade de construções entre livros e leitores em um mesmo espaço e período de tempo:

Diferentes modos de leitura e de relações com o livro definem assim práticas ligadas, sociabilidades entrosadas: a leitura solitária alimenta o estudo pessoal e o comércio intelectual; a sociedade amistosa baseia-se na leitura em voz alta, na glosa, na discussão, porém estas também podem reunir um auditório mais amplo que se instrui ouvindo os textos lidos e os argumentos expostos. (CHARTIER, 1991, p. 149)

Um exemplo de uma abordagem das práticas de leitura em seu contexto histórico-social pode ser encontrada em outro trabalho de Chartier (1991). Abordando a materialidade do livro na construção de uma relação de intimidade com o indivíduo, o autor nos oferece um outro olhar sobre o cidadão comum da Inglaterra do século XVII, em que na disposição do lar, “Entre o período de 1560-1600 e os anos de 1601-1640, a porcentagem [...] das obras mantidas na área íntima da casa pula de 9% para 23% – o quarto passa para o segundo posto como local onde se conservam os livros [...]” (CHARTIER, 1991, p. 141), resultado da prática cada vez mais comum de ler antes de deitar-se. Essa conclusão é atestada pelos próprios indivíduos por meio de suas anotações, diários – bastante populares à época – e cartas, que são capazes de expor os hábitos de leitura individuais ou coletivos entre membros

⁷ Disponível em: <<https://en.wikipedia.org/wiki/File:FdeTroyLectureMoliere.jpg>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

da família, entre amigos ou entre mestres e seus criados, todos inclusos na perspectiva da esfera privada.

Darnton (1986), por sua vez, buscou compreender o estudo das práticas de leitura através da análise e interpretação da vida de um burguês provinciano da França do século XVIII. Jean Ranson, nascido em uma família comerciante e protestante, tratou-se de um ávido leitor que buscou cultivar o hábito da leitura em seu seio familiar e em sua própria forma de observar o mundo. Seu contato com o editor que fornecia-lhe livros, que também era seu íntimo amigo, se estabelecia de maneira diferenciada, pois Ranson tinha o costume de contar sobre sua vida e seus hábitos, ao mesmo tempo em que realizava pedidos para sua biblioteca pessoal. Dessa maneira, suas cartas tornaram-se uma importante fonte informacional para a compreensão das práticas de um leitor da época setecentista francesa. Ainda assim, o autor deixa claro em seu estudo que, apesar de seus esforços, existe um limite – talvez intransponível – que o historiador deve alcançar, e esse limite manifesta-se na própria subjetividade do sujeito, preso à sua própria época:

Uma história da leitura – se, algum dia, for escrita – registrará o elemento estranho na maneira como o homem entendeu o mundo. Porque a leitura, ao contrário da carpintaria ou do bordado, não é meramente uma habilidade; é uma ativa elaboração de significados dentro de um sistema de comunicação. (DARNTON, 1986, p. 278-279)

A possibilidade – ou não – de reconstruir esses significados é um desafio que permeia o estudo do pesquisador. Dessa forma, graças à exposição de dois exemplos, mostra-se que as práticas de leitura podem ser abordadas de diferentes maneiras, de acordo com o foco delimitado da pesquisa. Além da época e da nação, é possível estabelecer um recorte a respeito do tipo de obra lida, o grupo social – homens, mulheres, classes mais ou menos abastadas, figuras políticas ou religiosas etc., os documentos utilizados para análise – cartas, diários – e, mais a fundo, qual seria a possível relação entre essas práticas e as mudanças sociais ocorridas no período escolhido. As perguntas e possibilidades que norteiam o estudo desse tipo de pesquisa são inúmeras: o historiador, em sua brincadeira de “Deus”, nas palavras de Darnton (2005, p. 199): “[...] certamente cria vida. Ele insufla a vida no barro que escava dos arquivos. Também julga os mortos. Não pode fazer de outro modo.”. A História da Leitura, em sua tentativa de reconstituir aquilo que talvez seja impossível de trazer ao presente, é um verdadeiro labirinto de interpretações. As seções seguintes do trabalho tratam-se de uma revisão de literatura em busca da apresentação de uma possível forma para abordá-la.

3.2 O PREÂMBULO DO GOZO É A PONTA DA PENA

*O erotismo é uma das bases do conhecimento de nós próprios,
tão indispensável como a poesia.*

— Anaïs Nin

Abordar o erótico é percorrer o território do desejado, do imoral e do proibido. Sendo a manifestação de um instinto básico e fundamental como espécie, o sexo é um tópico abordado de maneira contínua e ininterrupta, suscitando as mais opostas reações nos indivíduos, culturas e épocas – da naturalidade do sexo na visão de povos como os gregos antigos, à depravação aos olhos do Ocidente sob a influência judaico-cristã, onde “o corpo tornou-se o lugar da corrupção.” (FERREIRA, 2009).

Em uma abordagem terminológica, percebe-se que é comumente utilizado o termo erótico, pornográfico, obsceno, libertino e licencioso como sinônimos (ALEXANDRIAN, 1993; FERREIRA, 2009; HUNT, 1996; GOULEMOT, 2000) nos estudos que possuem, em essência, o mesmo objeto em comum. A ausência de consenso quanto às diferenças conceituais gera problemas como a existência de estudos históricos para cada um dos termos, sem um consenso visível (FERREIRA, 2009). No campo da História, a expansão dos estudos da leitura como conjunto de apropriações, práticas e representações foi de excepcional importância para o estudo desse gênero literário que, acima de qualquer coisa, trata-se da manifestação da mais íntima relação entre a mente e o corpo.

Embora alguns autores como Goulemot (2000), ao estudar a manifestação do gênero literário no século XVIII, e Abramovici (2003) não encarem como um problema a empregabilidade dos termos como uma unidade semântica, outros como Ferreira (2009) e Hunt (1996) já buscam discutir suas etimologias, diferenças e usos nas práticas discursivas de acordo com a época. A leitura de ambos os trabalhos identifica uma busca da construção da palavra “pornografia”, emergida primeiramente na França em 1769, na forma da obra *Le Pornographe*, escrita por Restif de la Bretonne (1734-1806), que utilizou o termo para referir-se à prostituição (“pornê”, prostituta). Inicialmente, o termo “pornógrafo” servia para identificar o indivíduo que analisava a prostituição em seu âmbito social, antes de referir-se àquele que assume a autoria de representações visuais do que é considerado obsceno (GOULEMOT, 2000).

No estudo de Ferreira (2009, p. 125), ao aprofundar-se no estudo do verbete *erótique* oferecido pela *La Grande Encyclopédie*, dirigida por Charles Le Goffic (1853-1932), o autor

observa que nos são apresentadas três interpretações do erotismo: “o *sotádico*, o *sádico* e o *pornográfico*, respectivamente próprios aos antigos, aos modernos e aos contemporâneos.”. Isso indica uma complexa maneira de definir o erótico que o contextualiza de acordo com sua percepção social no período a qual pertence. Ainda em *La Grande Encyclopédie*, o verbete *pornographie* surge como um termo que

“perdeu seu sentido técnico, aplicado aos escritores especialistas” que falavam sobre prostituição. Isso se deveu à passagem da referência da cortesã à “impureza dos seus hábitos”, num caminho paralelo ao processo de civilização e transformação das práticas de controle sobre o corpo, quer pela via jurídica, quer sanitária, que mudam o enfoque da disciplina e da punição na virada dos séculos XVIII e XIX (FERREIRA, 2009, p. 127)

É importante considerar que a intenção de Etienne Bricon (1864-[19??]), responsável pela confecção do verbete, não era a de pontuar uma origem da palavra, mas sim de associá-la à ideia de tornar público os sentimentos privados e comportamentos inapropriados (DEAN, 2000). Para Bricon, uma diferença fundamental entre o amor (que remete ao erotismo) e o pornográfico é que o amor “[...] mantém sua beleza apenas enquanto retém seus segredos.” (DEAN, 2000, p. 35, tradução nossa), enquanto o pornográfico encena, desvenda, expõe; tornando a diferença entre o erótico e o pornográfico uma possível forma de criar limites entre as ações e posturas públicas e privadas de um indivíduo.

Hunt (1996), por sua vez, ao utilizar o termo “pornográfico”, compreende que mesmo que a representação do desejo e das formas de expressão da sexualidade humana possam ser encontradas em diversas, se não todas, as culturas humanas, “[...] a pornografia como uma categoria legal e artística parece ser uma ideia especialmente do Ocidente, com cronologia e geografia específicas.” (HUNT, 1996, p. 10, tradução nossa). Como termo empregado a partir do século XIX – criando-se assim a ideia de que a pornografia nasceu concomitantemente com a modernidade –, a autora observa que importantes eventos que constituem a história européia foram essenciais para o estabelecimento da noção de pornografia posteriormente, estabelecendo assim uma relação entre a sexualidade e marcos como a Renascença, que trouxe a valorização da cultura de civilizações como a Grécia Antiga e retomou uma visão humanística do entendimento do homem em relação ao mundo, e a Revolução Francesa, cujos anos anteriores manifestou um forte e contínuo conflito entre autores e editores contra as censoras figuras dos representantes do Estado e da religião. Em sua obra, a autora destaca a necessidade do estabelecimento de uma abordagem histórica da

pornografia, como um elemento legítimo para o entendimento do pensamento de determinados períodos.

Como a discussão de uma adequada terminologia não é o objetivo principal deste trabalho e as diferenças terminológicas não se traduzem em um obstáculo para o desenvolvimento do objetivo geral da pesquisa, o termo “erótico” será empregado para a definição do gênero literário abordado de acordo com a visão de Goulemot (2000), que observa-o como sinônimo do termo “pornográfico”, compreendendo assim que o trabalho irá tratar-se de conteúdo que explicita as manifestações físicas do amor e as volúpias do sexo.

Assim, segue-se o estudo do erotismo como um elo que relaciona as mais diferentes culturas humanas e oferece uma abordagem diferenciada para variados momentos históricos. Tomando o Brasil por exemplo, Freyre (1977 apud WANDERLEY, 2013), embora não tenha utilizado o termo erótico, trata essa questão como um tema central para o desenvolvimento de seu estudo realizado no século XX sobre a colonização portuguesa no Brasil, vista como relação de dominação e conquista. Mais recentemente, Franconi (1997) estabelece a relação entre o erotismo e o poder no contexto da contemporaneidade brasileira cerceada por mecanismos de opressão e censura como a ditadura militar iniciada em 1964.

Sendo tratado como algo passível de adoração ou repressão, o prazer da carne manifesta-se amplamente na escrita das mais antigas civilizações: nas explícitas figuras eróticas contidas no Papiro Erótico de Turim, pertencente ao Antigo Egito, cuja sexualidade era uma temática presente até mesmo como manifestação do poder dos deuses (SILVA, 2012), no polêmico e pouco explorado poema contido no livro Cântico dos Cânticos, um texto de amor e sensualidade existente na Bíblia cristã (JARDILINO; LOPES, 2009), na relação íntima entre o prazer físico do sexo e a plenitude espiritual contida no Kama Sutra, famosa obra indiana escrita aproximadamente entre o século I e VI (CHAKRABORTY; THAKURATA, 2013), além das ricas composições escritas por grandes nomes da literatura greco-romana, como Aristófanes (446 a.C a 345 a.C), Sotades (século III), Catulo (84 a 54 a.C), Ovídio (43 a.C a 17/19 d.C) e Petronio (27 a 66) (LOPES, 2011). A seguir, é mostrada uma reconstrução artística feita a partir dos fragmentos encontrados do Papiro Erótico de Turim, que passou por um processo de coloração para melhor compreensão de seus elementos.

Figura 4 - Reconstrução do Papiro Erótico de Turim



Fonte: OPENCULTURE, 2014⁸

A Idade Média, para muitos considerada uma “Idade de Trevas”, teve uma considerável e importante produção erótica na forma de escritos satíricos pelos clérigos, que permitiam-se por meio das palavras extravasar seus desejos mais secretos (CAMPOS, 2013). Observa-se que esse período constituiu um importante papel na história do erótico por meio do desenvolvimento na noção de luxúria, que Alexandrian (1993, p. 35) pontua que “[...] não pertencia a nenhum sistema religioso ou moral da Antiguidade greco-romana.”, uma noção que atribuía ao erótico um caráter proibido, pecaminoso, oposta à concepção até então de naturalidade e até mesmo sacralidade pelos antigos. Essa noção foi responsável por uma grande produção de obras de cunho teológico e *fabliaux*, contos satíricos e rimados, recitados em público, que buscavam denunciar os que se rendiam ao pecado da luxúria entre os líderes religiosos. Entretanto, o autor também ressalta que não deve-se historicamente atribuir ao cristianismo, que obteve seu apogeu durante a Idade Média, uma aversão ao erótico desde seu princípio:

os cristãos se entregavam livremente a gracejos sexuais, sem julgá-los incompatíveis com sua ética. Tal foi o caso de Ausônio, personagem considerável do império cristão do século IV [...]. Sua peça libertina que começa por *Tres uno in lecto* (“São três numa cama”) [...] seus comentários sobre as mulheres de costumes fáceis, Gala ou Dionésia, são mais do que mordazes. (ALEXANDRIAN, 1993, p. 32)

⁸ Disponível em: <<http://www.openculture.com/2014/07/the-turin-erotic-papyrus-the-oldest-known-depiction-of-sex-circa-1150-b-c-e.html>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

Também responsável por suas próprias vertentes e inovações, o erotismo cristão teve por ruptura a celebração dos encantos realistas das mulheres mais velhas, mães ou avós, algo impensável na cultura greco-romana, que valorizava os aspectos sexuais apenas de mulheres jovens e belas ou retratos idealistas de mulheres mais velhas que conservavam as flores de sua juventude (ALEXANDRIAN, 1993, p. 34). Cristãos como Paulo, o Silenciário ([6??]-580), quebraram esse paradigma ao encarar a velhice tal qual é, e atribuir ainda assim a possibilidade de desejo e volúpia a ela. Assim, é perceptível que o erótico trata-se de uma forma de composição presente e contínua, com seus diversos elementos e possibilidades sendo explorados e aperfeiçoados ao longo de séculos, traduzindo aspirações, desejos e necessidades de variadas épocas, culturas e grupos sociais.

Na Europa durante o século XVI, a literatura erótica passou a sofrer formas efetivas de repressão nas mãos de religiosos a partir da Reforma Protestante – os textos passaram a ser utilizados como uma maneira de acusar e desmerecer os feitos católicos e protestantes, uma ferramenta para a prática da intolerância e a busca do puritanismo. Nesse contexto, panfletos obscenos, entre outras obras, foram criados por indivíduos católicos com o objetivo de zombar da figura de Lutero, tratando-o como um “[...] tarado dos mais vulgares.” (ALEXANDRIAN, 1993, p. 119). Os protestantes, em contrapartida, retrucavam em igual moeda, produzindo textos que escarneciam da figura do Papa e tratavam de expor a devassidão de diversos membros da Igreja. O erótico, dessa maneira, era utilizado paradoxalmente para censurar a si mesmo.

Em meio a este conflito, o autor disserta que nasceu uma nova corrente ideológica, a libertinagem. Composta por intelectuais que tinham por objetivo fugir dos dogmas impostos pelos grupos religiosos, a libertinagem foi duramente criticada – seus seguidores foram perseguidos e condenados por ateísmo. A ideia dos libertinos era atribuir à Natureza o que os religiosos acreditavam pertencer a Deus. Suas criações, de acordo com Alexandrian (1993, p. 129) misturavam “[...] considerações anti-religiosas a descrições pornográficas.”. Foi a partir da condenação da libertinagem que as publicações eróticas passaram a pertencer à clandestinidade – ao censurar-se o erótico, a ideia era de censurar o ateísmo, a anti-religiosidade nos indivíduos.

Deve-se observar, contudo, que o estabelecimento de uma censura mais severa que perdurou ao século seguinte não acarretou em uma diminuição da produção de literatura erótica, pois “[...] a censura religiosa revela-se impotente para controlar e restringir uma tradição herdada da Idade Média e renovada pelo naturalismo renascente.” (GOULEMOT, 2000, p. 33). Além dos escritos atribuídos a autores de diferentes grupos durante os conflitos

entre católicos e protestantes, observa-se que o século XVII ganhou um importante destaque na história do erótico ao colocá-lo às margens da produção literária, de “segunda prateleira”⁹. Como ressaltado pelo autor, para a sociedade do século XVII, o erotismo torna-se um elemento pertencente à esfera privada, destituído de sua naturalidade com que até então suas manifestações poderiam assumir na esfera pública, em conjunto com outros gêneros literários nos espaços coletivos; nascendo assim um novo tipo de leitura que exigia “[...] sigilo, apropriação singular e oculta.” (GOULEMOT, 2000, p. 32). Esse caráter sigiloso e marginalizado a que foi submetido, segundo o autor, foi o gatilho para que o erótico fosse capaz de constituir-se como um gênero com suas próprias especificidades e regras, consolidando-se definitivamente como uma nova maneira de escrita. Obras marcantes desse período, que trouxeram um destaque à França na produção de literatura erótica, podem ser exemplificadas em *L'école des filles ou la philosophie des dames* (1655) e em *L'académie des dames*, publicada originalmente em latim entre 1659 e 1660, e na França em 1680 (HUNT, 1996). É notável também a produção de obras que abordavam de maneira polêmica a vida do Rei Luís XIV e da corte em Versalhes, como as crônicas de *La France galante* (1688?), atribuída a Bussy-Rabutin (1618-1693) (ALEXANDRIAN, 1993).

Essa perspectiva social para a definição das especificidades do erótico defende sua constituição como gênero literário. Partindo da ideia de que nenhuma obra é individual em sua composição, sem manter-se relacionada de uma forma ou de outra com criações antepassadas e até mesmo de seu próprio tempo, Todorov (1975) reconhece a existência de maneiras de classificar determinadas obras que, para além de sua estrutura (prosa, poesia), envolvem também seu conteúdo, as ideias que são transmitidas por meio do texto. Essas ideias relacionam-se estreitamente com o contexto histórico-social que se insere a produção do texto, individualizando-o, ao tempo que o insere em determinado corpo discursivo resultante da multiplicidade de *práticas e representações* (CHARTIER, 1988) em que o autor está culturalmente envolto. Essa abordagem pode ser reforçada pela visão de Bakhtin (2002) que, ao compreender a constituição do romance como um gênero literário, pontua a existência de “unidades estilísticas”. Essas unidades se manifestam no emprego, por parte do autor, de recursos que oferecem uma pluralidade na construção da narrativa, como a elaboração de cartas e diários, a busca por uma fluidez textual ao aproximar a escrita da linguagem coloquial ou a preferência pelo rebuscamento do estilo na construção de diálogos – unidades estas que

⁹ A expressão “livros de segunda prateleira” pode servir tanto no contexto de uma biblioteca privada, como também em relação a um livreiro ou caixeiro-viajante, “[...] passando de uma localização material a uma qualificação moral ou social.” (GOULEMOT, 2000, p. 115).

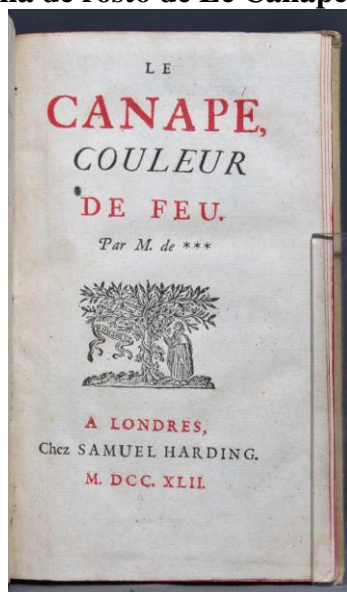
podem variar de acordo com o autor, dependendo da maneira como ele se insere em coletividade.

O século XVIII é um grande exemplo para analisar essas características na produção literária do erótico, que foi extremamente rica. A França, em especial, tornou-se um modelo para a Europa, onde a escrita do romance erótico

pretendeu ser um estudo de costumes, revelando os segredos da sociedade, descrevendo o que se passava nas alcovas da alta roda e nas espeluncas. Ele se fez voluntariamente panfleto, e propôs demonstrar que certos meios consagrados oficialmente aos bons costumes – os conventos, os internatos, os ministérios, etc. – eram na realidade centros de depravação. (ALEXANDRIAN, 1993, p. 161)

Referido como “século dos libertinos” (FERREIRA, 2009), a França setecentista foi responsável por marcos como o surgimento do primeiro conto de fadas erótico, *Le Canapé couleur de feu*, de autoria atribuída a Louis-Charles Fougeret de Monbron (1706-1760), cuja famosa reedição data de 1741 (ALEXANDRIAN, 1993). Os elementos constituintes de sua folha de rosto podem ser observados na figura abaixo. No conto, um homem é transformado por uma fada em um canapé e torna-se observador de uma série de atos sexuais. O gênero surtiu grande efeito e foi explorado por diversos autores, agradando a corte de Luís XV na figura de Claude Henri Fusée, abade de Voisenon (1708-1775).

Figura 5 - Folha de rosto de *Le Canapé couleur de feu*

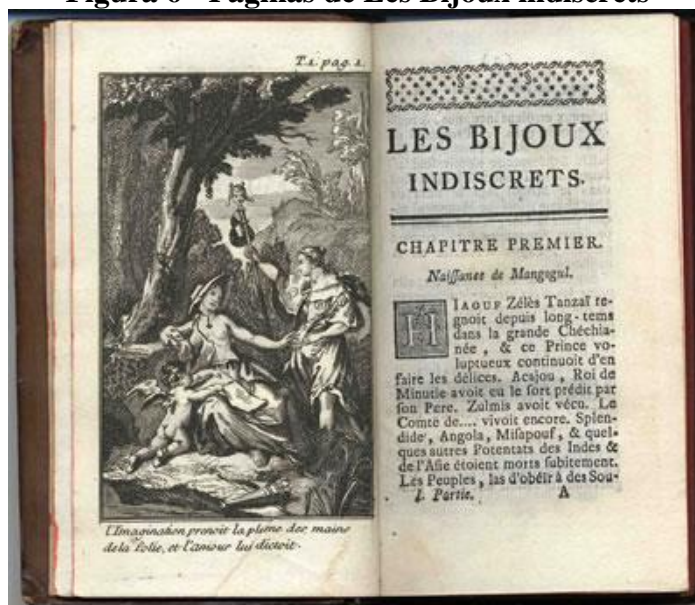


Fonte: MONBRON, 1741.¹⁰

¹⁰ Disponível em: <http://www.librairie-ancienne.ch/?attachment_id=2408>. Acesso em: 10 dez. 2016.

Alexandrian (1993) aponta o tamanho sucesso do gênero de conto ao relatar que o primeiro romance do filósofo Denis Diderot (1713-1784) tratou-se de uma obra erótica e fantasiosa, intitulada *Les Bijoux indiscrets*, publicada de maneira anônima em 1748 e considerada como uma obra de conteúdo extremamente obsceno. Duas de suas páginas, incluindo uma ilustração, podem ser vistas na figura a seguir, que revelam os detalhes e a delicadeza da composição encadernada da obra. Autores como Montaigne (1533-1592) e Ronsard (1524-1585) incitaram mudanças ainda no século XVI ao atribuírem importância à presença do sujeito no texto, de suas memórias, percepções e sentimentos em relação ao mundo, por meio da exposição de seu íntimo (GOULEMOT, 1991), mas essa forma de escrita só veio a se popularizar ao longo do século XVIII: a época favorável à exploração de novos gêneros literários favoreceu o apogeu do romance epistolar¹¹. Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) dominou a arte desta forma de romance, proporcionando uma nova forma de relação entre autor e leitor e desencadeando uma onda de sentimentalidade, aproximando as personagens dos leitores em âmbito emocional e traduzindo suas emoções (DARNTON, 1998).

Figura 6 - Páginas de *Les Bijoux indiscrets*



Fonte: DIDEROT, [17??]¹²

¹¹ O romance epistolar é caracterizado por uma estrutura narrativa que utiliza o artifício de cartas para construir completamente ou parcialmente sua história, sendo estas individuais ou trocadas pelas personagens do romance. A difusão iniciada no século XVII e o apogeu no século XVIII tornaram o gênero literário um dos marcos da história literária da Idade Moderna (FERRARA, 2013).

¹² Disponível em: <<https://www.monash.edu/library/collections/exhibitions/lewd-and-scandalous/virtual-exhibition/items/item24.html>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

O erótico no século XVIII também serviu como ferramenta para denunciar e zombar da luxúria e do abuso de poder de monges e de outros membros da Igreja. Inspirados pelas ideias iluministas, diversos autores valorizavam em suas narrativas o exercício do livre pensamento em contraposição aos dogmas religiosos. Entre seus exemplos, Alexandrian (1993) define as obras *Histoire de Dom B... portier des Chartreux* (1741), *Thérèse philosophe* (1748) e *Les Lauriers ecclésiastiques ou les campagnes de l'abbé de T.* (1748) como importantes manifestações literárias do anticlericalismo que caracterizou o século das Luzes. Sob a perseguição imposta pela censura que permeava o Antigo Regime, os romances eróticos não recebiam permissão para impressão oficial assim como os panfletos de conteúdo político ou que expressavam ideias contrárias à religião cristã, sendo esses portanto a grande composição das obras editadas e circuladas clandestinamente (ALEXANDRIAN, 1993). Apesar do status clandestino, o autor realiza um importante apontamento a respeito da popularidade que o gênero adquiriu na alta sociedade francesa nesse período, tendo suas obras protegidas por grandes figuras da época:

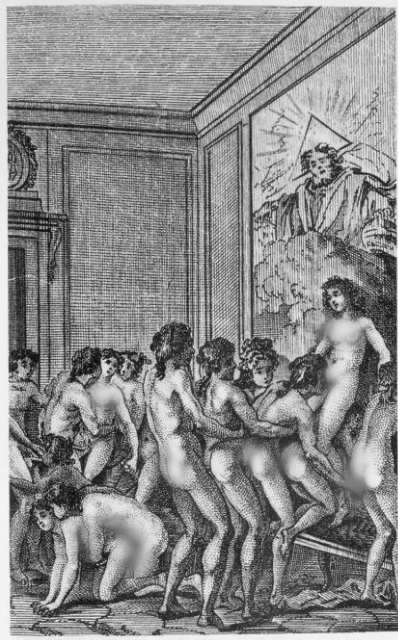
Como as carruagens da alta nobreza não eram vistoriadas na alfândega, elas serviram para passar os fardos de livros proibidos. E como existiam “lugares privilegiados” – casas principescas, jardim do Palais-Royal [Palácio Real], pátio das grandes Cocheiras do Rei, etc. – onde o síndico dos livreiros e a polícia não intervinham, duques e condes os ofereciam aos mascates para que ali estocassem sua mercadoria proibida. [...] Segundo Belin, o castelo de Versalhes era “o local da França onde havia mais livros filosóficos e licenciosos”. (ALEXANDRIAN, 1993, p. 175)

Tendo em vista que se trata de um tópico especial para a compreensão das práticas de leitura, maiores detalhes sobre a edição, o comércio e a censura no período serão apresentados na subseção 3.3.2 do presente trabalho, intitulada “A castidade tem a forma da Bastilha”.

Retomando a abordagem literária, Alexandrian (1993) pontua que a França também foi responsável por grandes nomes da poesia erótica, como Robbé de Beauveset (1714-1794), que publicou sua primeira obra do gênero aos vinte e dois anos de idade; e Alexis Piron (1689-1773), que tornou-se um importante representante da comédia francesa ao longo de sua longa e produtiva vida. Por sua vez, o francês Andréa de Nerciat (1739-1800), recebe atualmente a alcunha de ser o maior romancista erótico de toda a Europa pela sua capacidade de “[...] expressar a pior libertinagem sem ser vulgar [...]” (ALEXANDRIAN, 1993, p. 192), através de grandes observações sobre costumes, narrativas aventurescas, dramas bem construídos e exploração da face cômica do erotismo, cujas obras situaram-se até mesmo no contexto da Revolução Francesa.

Outro ícone do erotismo francês setecentista é Marquês de Sade (1740-1814), amplamente conhecido na contemporaneidade por seu nome derivar na denominação de um transtorno parafílico¹³, o Transtorno do Sadismo Sexual (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014), em que o ápice sexual é alcançado a partir de uma relação de submissão por um dos envolvidos ao parceiro dominador e capaz de infligir castigos – o “sádico”. Seu estilo de vida notavelmente devasso para a época, sua personalidade conflitante e a sociedade em mutação em que vivia lhe rendeu vinte e sete anos passados em prisões e sanatórios franceses (SÁ, 2008). Entre suas obras que desafiam a moralidade e os limites do desejo, destacam-se *Histoire de Juliette ou les Prospérités du vice* (1797), *Les Cent Vingt Journées de Sodome* (1782), *Philosophie dans le Boudoir* (1795) e *Justine, ou Les Infortunes de la Vertu* (1787), a qual negou a autoria para livrar-se da guilhotina. Em especial nas obras de Sade, a sexualidade humana é abordada para além dos limites do prazer, de forma crua e avassaladora, tão surpreendente ao leitor desavisado quanto a vida do próprio autor. Abaixo, observa-se a representação de uma das cenas existentes no livro *Les Cent Vingt Journées de Sodome*, que acompanha perfeitamente o propósito do texto de surpreender.

Figura 7 - Ilustração de Les Cent Vingt Journées de Sodome



Fonte: [COLLOT?], 1797¹⁴

¹³ Na área de saúde mental, compreende-se por parafilia a denominação de distúrbios psíquicos que se caracterizam por desejos, fantasias ou atos sexuais que envolvem a humilhação e sofrimento, indivíduos considerados menores de idade, pessoas desavisadas ou utilização de objetos (BORGES et al, 2007).

¹⁴ Disponível em: <<http://therake.com/our-world/a-life-most-rakish/a-sade-state-of-affairs/>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

Goulemot (2000, p. 18) defende um ponto de vista em que, no século XVIII, a literatura pornográfica se manifesta como subversiva não pela sua abordagem sexual, mas pelo “[...] efeito indireto da filosofia que lhe *conferia* um outro ponto de vista.”. Podemos analisar essa afirmação sob a luz da abordagem de Darnton (1998) ao discorrer sobre a obra *Thérèse philosophe*, de autoria de Boyer d’Argens (1704-1771), caracterizada como um verdadeiro *best-seller* da literatura clandestina setecentista. Recheada de cenas sexuais, prática de voyeurismo e discursos que validam a busca humana por seus próprios desejos, o autor aponta que a obra também promove a reflexão a respeito de temáticas importantes para a época: a existência de uma mulher filósofa, que partindo de um início de despreparo e submissão tornou-se apta a exercer o livre pensamento e relacionar-se com o amante em uma certa posição de igualdade; o estabelecimento de críticas à religião; a prática da contracepção por coito interrompido para salvar a vida de mulheres em uma época em que grande parte da população feminina morria por complicações no parto. Observa-se que, para além da imoralidade de suas descrições sexuais, *Thérèse philosophe* poderia incitar a reflexão de cunho moral, filosófico, tornando-se um exemplo da influência do Iluminismo na composição ficcional. Pode-se observar a seguir a composição do frontispício da edição original.

Figura 8 - Frontispício de *Thérèse philosophe*



Fonte: BOREL, 1748¹⁵

¹⁵ Disponível em: <<http://books.openedition.org/pupo/1009>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

Prosseguindo com sua análise sobre algumas obras de sucesso da época, Darnton (1998) apresenta a obra *Anecdotes sur Mme la comtesse du Barry* (1775), que ocupa respeitosa e a segunda posição na venda de best-sellers proibidos, como pode ser visto no Anexo B deste trabalho. Essa obra revela o lado político da literatura erótica: *Anecdotes* trata-se da exposição dos membros da corte, um *libelle*¹⁶ que zombava de figuras que decidiam o destino da França, era estruturado de forma a informar seus leitores – que provavelmente jamais se aproximariam de Versalhes – dos acontecimentos dentro do Palácio e da vida pessoal do Rei. O tom objetivo busca convencer o leitor da veracidade do que é narrado, as informações são supostamente obtidas por meio de entrevistas e coleta de dados que “não refletem nada além da verdade”. Com o passar da narrativa, a história de Du Barry – uma pobre jovem amante de roupas que alcança os salões de Versalhes e a luxúria do Rei – se mistura à história da França: “A mudança de biografia para história contemporânea – ou de *libelle* para *chronique scandaleuse*¹⁷ – ocorre de maneira quase imperceptível, graças ao enfoque sobre a condessa.” (DARNTON, 1998, p. 160). Dessa forma, mesclando gêneros, formas e ainda sendo capaz de manter uma determinada particularidade, “[...] a literatura pornográfica pertence de direito ao corpo literário, participa de seus riscos e de seus desafios, conservando, porém, uma dimensão que lhe é própria.” (GOULEMOT, 2000, p. 86).

Com a exposição da discussão terminológica existente e um breve panorama sobre a literatura erótica em seus aspectos históricos até o século XVIII, a seção seguinte será dedicada a uma análise minuciosa do período escolhido em quatro desdobramentos principais: contexto político, econômico e social; comércio livreiro e censura; autores e, por último, os leitores.

¹⁶ Na França setecentista, o *libelle* tratava-se geralmente de um panfleto (ou um pequeno livro propriamente dito) de cunho político, cujas intenções eram de estabelecer críticas e zombarias à vida da corte e de figuras importantes no contexto político francês. Tornaram-se extremamente populares no período que antecedeu a Revolução Francesa (DARNTON, 1998).

¹⁷ Relatos da vida da corte, muitas vezes assumindo a forma de biografia, que tinha como característica uma abordagem histórica, buscando dessa forma uma suposta veracidade das informações transmitidas ao leitor (DARNTON, 1998).

3.3 ANEDOTA DAS PÁGINAS E DAS ANÁGUAS

*Pois o desejo de ler,
como todos os outros desejos que
distraem nossas almas infelizes,
é capaz de análise.*
— Virginia Woolf

Tendo estabelecido o panorama do campo de História da Leitura e especificado o caráter do gênero literário abordado, dedicar-se-á esta seção à dissecação das práticas de leitura que se manifestaram na França setecentista. Ao tomar como objeto de estudo os leitores de um gênero literário carregado de polêmica como o erótico, torna-se inevitável abordar a manifestação da censura como elemento fundamental na determinação de hábitos de leitura e na constituição do público leitor. Como afirmado por Chartier (1999, p. 23), observa-se ao longo da história que “A cultura escrita é inseparável dos gestos violentos que a reprimem.”, sendo esses gestos compreendidos como iniciativas de contínua base política ou religiosa. Classificar um livro como “mau” é a premissa utilizada em busca da permanência de determinado conjunto de ideias e práticas, é o fruto do medo da mudança, que proporcionou ao longo de séculos e continua proporcionando a devastação de inúmeros patrimônios culturais e históricos.

Dessa maneira, as subseções seguintes serão constituídas por aspectos fundamentais para a compreensão do período histórico e social abordado, a fim de resultar finalmente na explicitação do tema que será desenvolvido posteriormente, os leitores lascivos e suas práticas de leitura.

3.3.1 Berço esplêndido da volúpia

*La jouissance et les désirs
Sont ce que l'âme a de plus rare*
— La Fontaine

O século XVIII europeu é caracterizado por profundas transformações de ordem socio-econômica. Culminando na Revolução Francesa de 1789, é possível afirmar que o período foi um dos grandes responsáveis pela construção da sociedade ocidental tal qual é

hoje (GRESPLAN, 2008). Buscando uma análise histórica, observa-se que esse movimento transformador na França teve berço no contexto do Antigo Regime, alcunha estabelecida em meados do século XIX pelo historiador Alexis de Tocqueville para o período que se manifestou entre os séculos XVI e XVIII na Europa ocidental. O Antigo Regime foi marcado pelo absolutismo monárquico, cuja organização social fortemente desigual delimitava a existência de um Rei, cujo poder e governança centralizados eram de difícil contestamento, apesar da existência de parlamentos. As ordens sociais consistiam no clero, composto pelos representantes da Igreja; na nobreza aristocrática e um último grupo, abarcando a maioria esmagadora da população, composto pela burguesia, camponeses e qualquer outro indivíduo que não pertencesse aos grupos privilegiados, denominado “Terceiro Estado”. É importante ressaltar que o aumento populacional foi uma característica marcante do século XVIII, em que a França possuía aproximadamente 28 milhões de cidadãos em meados de 1789 (BLUCHE; RIALS; TULARD, 2009), sendo portanto um grande volume populacional pertencente à classe social mais baixa. A divisão hierárquica e as ordens sociais de difícil transposição, à luz de um antigo sistema que já apresentava sinais de profunda fraqueza, suscitava ideias contrárias aos iluministas franceses, que levavam em consideração as mudanças ocorridas no século anterior na Inglaterra – estabelecimento do Parlamento ao nível da Coroa e adequação ao pensamento liberalista de governo (GRESPLAN, 2008).

Pela perspectiva econômica, o período caracterizou-se pelo modelo mercantilista, surgido no século XVI, onde foi abandonada a prevalência rural que havia existido até então – o foco não era mais na posse de terras, e sim no comércio. Esse modelo implicava um maior controle da economia pelo governante por meio de uma série de medidas de regulamentação econômica – o valor, que antes pertencia principalmente à terra, passou a ser imposto sobre bens materiais, o que levou a medidas como o controle das manufaturas, medidas, taxas, pedágios e acumulação de metais preciosos, associando a riqueza de uma determinada nação ao ouro e prata possuídos por ela. Na França, esse sistema foi conhecido como colbertismo graças ao superministro das finanças que a aplicou na nação durante o reinado de Luís XIV, Jean-Batiste Colbert (1619-1683) (GRESPLAN, 2008; TOCQUEVILLE, 1997).

Hobsbawn (1996, p. 13) situa a França setecentista, dotada de um comércio externo “[...] que se multiplicou quatro vezes entre 1720 e 1780 [...]” como o maior rival econômico da Grã-Bretanha, à época já considerada uma grande potência. O que trazia um diferencial à Grã-Bretanha era sua política já determinada pelos interesses de expansão derivantes da lógica capitalista, enquanto a França permanecia com sua política monárquica absoluta, causando uma divergência entre a necessidade de expandir seu mercado de acordo com as

novas ideias vigentes e a relutância às tentativas de modificar as estruturas político-sociais que caracterizavam o Antigo Regime. Segundo Hobsbawn (1996), o feudalismo encontrou seu fim em solo francês apenas em 1793, após as mudanças instituídas pela grande Revolução.

Nesse século, a Igreja Católica ainda possuía uma considerável influência herdada da Idade Média, apesar da expansão do protestantismo por meio da Reforma Protestante no século XVI e das demais guerras religiosas que havia enfrentado. Se antes, o poder da Igreja como zeladora da justiça e da correta governança do monarca era garantida, partindo do pressuposto que o direito ao governo era um dom de Deus, aos poucos essa mentalidade foi sendo transformada e a divisão entre política e religião foi sendo estabelecida (GRESPLAN, 2008). Como na maior parte da Europa, a burguesia e a nobreza francesas foram enormemente influenciadas pelo protestantismo, sendo perdida assim a unidade que um dia havia sido estabelecida pela Igreja Católica e a força das relações políticas e sociais que derivavam dela.

Na busca da compreensão da mentalidade da época, além da influência cristã, é inevitável abordar o papel protagonista que o Iluminismo desempenhou nos processos de mudanças sociais. Nascido como uma resposta gradativa à repulsa aos sistemas estabelecidos, o Iluminismo se caracterizou como uma corrente de pensamentos e ideias que almejavam, em princípio, plantar nos indivíduos a semente da dúvida. Sustentando-se pela provocação do ceticismo às ideias estabelecidas e pelo valor atribuído à experiência na construção do pensamento “iluminado”, racional (GRESPLAN, 2008), o Iluminismo, embora não possuísse uma homogeneidade que poderia classificá-lo como uma “escola” de pensamento, provocou uma série de críticas às esferas social, política e religiosa, tendo por grandes figuras de sua manifestação na França os escritos dos filósofos Rousseau e Voltaire no século XVIII. Ambos, ao serem influenciados em suas viagens pelas mudanças liberais que ocorreram na Inglaterra, fomentaram e trouxeram à França uma série de questionamentos: a necessidade da dissociação entre política e religião – defendida fortemente pelo inglês John Locke, o poder centralizado e absoluto do Rei, a pouca influência do parlamento francês. Esses questionamentos foram decisivos para que um desejo de mudança despertasse naqueles que exerciam o pensamento, em conjunto com a insatisfação generalizada que percorria as mentes da maior parte da população francesa.

Nota-se que essa insatisfação era comum entre as classes sociais. Hobsbawn (1996) esclarece que, apesar de uma parcela possuir terras próprias, a maioria dos camponeses não tinha condições de lucrar com a própria colheita devido aos impostos a serem pagos, o que

dificultava ainda mais em períodos de má colheita, em que a fome tornava-se generalizada nesta classe social, ainda mais prejudicada pelo aumento populacional crescente. A nobreza, formada por cerca de 400 mil pessoas, ainda que possuísse privilégios como isenção de diversos impostos, estava insatisfeita com a falta de responsabilidade e participação política, sendo dependentes essencialmente da renda de suas propriedades (que nem sempre eram capazes de garantir seu padrão elevado de vida) e de seus direitos feudais sobre os camponeses. A burguesia, por sua vez, impedida de exercer o livre comércio, tinha um controle limitado sobre seus próprios negócios e também almejava uma maior participação política.

Pode-se resumir que os problemas decorrentes da estruturação social, profundamente desigual e insatisfatória, foi a causa principal que levou à Revolução de 1789. Como explicado por Vovelle (2007), a exploração exacerbada do Terceiro Estado se manifestava por impostos das mais diversas espécies em privilégio das camadas sociais superiores e, além disso, a má aplicação destes era decorrente: o dízimo oferecido ao clero para as despesas das atividades litúrgicas era frequentemente desviado e o Rei detinha o poder de utilizar-se dos impostos cobrados para atender aos luxos de sua vida pessoal e da corte residente em Versalhes. O apoio que Luís XVI ofereceu à guerra de independência das colônias inglesas americanas também foi um fator decisivo à Revolução, pois a dívida da nação foi aumentada exponencialmente e, assim, houve a necessidade de serem cobrados novos impostos:

Embora a extravagância de Versailles tenha sido constantemente culpada pela crise, os gastos da corte só significavam 6% dos gastos totais, em 1788. A guerra, a Marinha e a diplomacia constituíam um quarto, e metade era consumida pelo serviço da dívida existente. A guerra e a dívida – a guerra americana e sua dívida – partiram a espinha dorsal da monarquia. (HOBSBAWN, 1996, p. 18)

Observa-se esses fatores em um contexto no qual os últimos anos da década de 1780 foram especialmente difíceis para a economia, em que péssimas safras nos anos de 1788 e 1789 serviram para impulsionar o descontentamento devido à fome e falta de trabalho, já que “[...] o empobrecimento do campo reduzia o mercado de manufaturas e, portanto, também produzia uma depressão industrial.” (HOBSBAWN, 1996, p. 23). Contudo, diferente das crises anteriores, as reações à crise econômica que assomou esses dois anos assumiram dimensões políticas, associadas à campanhas de propaganda e eleições dos deputados representantes do Terceiro Estado, que almejavam um maior poder de decisão nas assembleias, já que representavam a maioria esmagadora da população.

Visto como um movimento revolucionário caracterizado pela ausência de uma liderança definitiva, a Revolução Francesa foi capaz de mobilizar a população de uma forma massiva, em uma escala que a história européia ainda não havia presenciado. A tomada e queda da prisão da Bastilha, marco do poder do Estado, foi um acontecimento cujo impacto “[...] divulgou a revolução para as cidades provincianas e para o campo.” (HOBSBAWN, 1996, p. 25), expandindo pelo território nacional o fervor que se espalhava nas áreas urbanas.

As consequências da Revolução Francesa foram sem precedentes. Além de estabelecerem mudanças profundas em sua nação, seus ideais foram capazes de influenciar diversas nações do mundo. Hobsbawn (1996) enumera que, além de ser um evento crucial na história norte-americana, a repercussão da Revolução Francesa ocasionou os levantes que culminaram na libertação da América Latina e inspirou o primeiro movimento de reforma hindu, podendo ser vista até os dias atuais como a base de inúmeros movimentos sociais em seu lema de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”.

A Revolução Francesa não foi feita ou liderada por um partido ou movimento organizado [...] nem por homens que estivessem tentando levar a cabo um programa estruturado. [...] Entretanto um surpreendente consenso de idéias gerais entre um grupo social bastante coerente deu ao movimento revolucionário uma unidade efetiva. O grupo era a “burguesia”; suas idéias eram as do liberalismo clássico, conforme formuladas pelos “filósofos” e “economistas”, e difundidas pela maçonaria e associações informais. (HOBSBAWN, 1996, p. 19)

Entre seus resultados em solo francês, Soboul (2007) aponta modificações na estrutura política e social em que se estabelecia o feudalismo e a manutenção da aristocracia; dessa forma, os camponeses se encontraram em uma situação que reduziu suas amarras em relação aos direitos senhoriais a que estavam anteriormente submetidos e a burguesia ascendeu como o grupo social economicamente mais poderoso. A unificação do mercado nacional também foi um importante passo para a transição do feudalismo para o capitalismo, conferindo assim uma maior liberdade para o estabelecimento de empreendimentos e aumento da lucratividade.

3.3.2 A castidade tem a forma da Bastilha

Est virgo hec penna, meretrix est stampificata.

— Filippo di Strata

Como explorado até então, é possível apontar uma inseparabilidade entre a História da Leitura e a História do Livro – suas interrelações são constituintes essenciais tanto para as

transformações na materialidade do objeto quanto para a formação das diferentes práticas de leitura de um indivíduo. Assim, durante a Idade Moderna¹⁸, destaca-se então a importância do surgimento da imprensa para além da relação livro e leitor, culminando no desenvolvimento do comércio livreiro e de novas formas de manifestação de censura ao escrito.

É necessário destacar que a impressão não foi uma invenção do alemão Johann Gutenberg (1398-1468), cuja data aproximada remonta o ano de 1450. Como esclarecido por Briggs e Burke (2006), a impressão em forma de blocos de madeira entalhada e prensada sobre a superfície do papel era algo já praticado na China e no Japão desde o século VIII, uma técnica conhecida como xilogravura¹⁹. A verdadeira criação de Gutenberg foi a adaptação de tipos móveis de metal, com as letras do alfabeto gravadas, para o procedimento de impressão – tornando assim a usual forma de copiar manualmente os textos aplicada até então em um mecanismo rápido de multiplicação da mesma página de determinado texto. Os autores apontam que as diferenças linguísticas foram um fator essencial para a utilidade da aplicação de ambas as formas de impressão – as línguas vernáculas europeias derivam de sistemas alfabéticos compostos por um número relativamente pequeno e restrito de caracteres, o que facilitava o emprego dos tipos móveis, diferente do caso da China, cujo número de ideogramas alcançam a casa dos milhares e tornavam o procedimento de transcrição individual de cada página em blocos de madeira em algo mais revelante. Percebe-se que a difusão da prensa de Gutenberg em diversos pontos na Europa ocorreu de maneira surpreendentemente rápida, demonstrando a necessidade que tais Estados possuíam de tal invenção, principalmente na França:

Por volta de 1500, haviam sido instaladas máquinas de impressão em mais de 250 lugares na Europa – 80 na Itália, 52 na Alemanha e 43 na França. As prensas chegaram a Basileia em 1466, a Roma em 1467, a Paris e Pilsen em 1486, a Veneza em 1469, a Leuven, Valência, Cracóvia e Buda em 1473, a Westminster [...] em 1476 e a Praga em 1477. Todas essas gráficas produziram cerca de 27 mil edições até o ano de 1500, o que significa que – estimando-se uma média de 500 cópias por edição – cerca de 13 milhões de livros estavam circulando naquela data em uma Europa com cem milhões de habitantes. Cerca de dois milhões desses livros foram produzidos somente em Veneza, enquanto Paris era um outro centro importante, com 181 estabelecimentos em 1500. (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 24)

¹⁸ Período da História Ocidental disposto em uma cronologia comumente aceita entre o fim da Idade Média e o início da Idade Contemporânea. Seu início e término, apesar de haver discussões, são normalmente marcados pelos eventos da Tomada de Constantinopla e pela Revolução Francesa, abrangendo assim 1453 até 1789 (CAMBI, 1999).

¹⁹ De acordo com Chartier (1994b, p. 187), a xilogravura permitiu que houvesse uma ampla circulação dos escritos no Japão e na China, “[...] com empresas de edições comerciais independentes dos poderes, uma rede densa de livrarias e gabinetes de leitura, gêneros populares amplamente divulgados.”.

Apesar da rápida difusão, os autores pontuam que a imprensa não foi bem aceita nas nações que a utilizaram. A tecnologia substituíra as obras dos escribas, que começaram a perder, dessa maneira, o valor de seu trabalho individual. Os membros da Igreja, por sua vez, sentiram-se ameaçados, pois a multiplicação dos textos facilitava o acesso de indivíduos que pertenciam a classes sociais inferiores; dessa maneira, o dom da interpretação da palavra deixaria de permanecer no controle dos representantes cristãos. É necessário ressaltar o problema da chamada “explosão de informação”, em que o número cada vez maior de títulos implicava a necessidade do desenvolvimento de novas maneiras de organizar e administrar o conhecimento produzido – problemática manifestada nas palavras de João Calvino (1509-1564), que afirmou que “Os volumes eram uma floresta em que os leitores podiam se perder [...]” (BRIGGS; BURKE, 2006, 27).

Na França em plena Idade Moderna, o Antigo Regime foi constituído por uma forte rede comunicacional, um entrelaçamento de meios e gêneros textuais e oralizados que perderam-se ou adaptaram-se ao longo do desenvolvimento tecnológico e social, mas que foram essenciais para a difusão informacional na época (DARNTON, 2005). Dentre eles, destaca-se a importância das tabernas, cafés, mercados e círculos privados, em que eram disseminadas informações na forma de boatos, canções, cartas, folhetos e livros.

Mesmo com a forte presença da oralidade, uma das características mais relevantes da França setecentista foi a expansão do comércio livreiro e dos avanços tipográficos. Veículo de ideias e informações, a palavra impressa foi fundamental para as mudanças que ocorreram nas sociedades européias, sendo explícito no caso da França por meio das palavras de Darnton (1996, p. 15) no contexto revolucionário: “Sem a imprensa, podem conquistar a Bastilha, mas não podem derrubar o Antigo Regime.”. Por meio de tratados, romances, panfletos, jornais e estampas, um fluxo crescente e contínuo de críticas, sátiras e novos ideais tomaram conta do povo francês, entre letrados e iletrados, culminando em mudanças de antigos modelos e amarras que eram até então aceitos e perpetuados socialmente. A própria oralidade corrente poderia ser vista sob a ótica do escrito e fomentadora essencial das discussões, pois a publicação impressa dos boatos e rumores que circulavam nas feiras e tabernas tratava-se de algo comum na época, “[...] pois falar e ler a respeito de vidas privadas e assuntos públicos eram atividades inseparáveis.” (DARNTON, 2005, p. 65).

A respeito da manifestação da censura na França, Darnton (2016, p. 59) disserta que, durante a Idade Média, a supervisão do comércio livreiro estava nas mãos apenas da Universidade de Paris, “[...] cuja preocupação principal era manter a exatidão dos exemplares produzidos pelos copistas dos mosteiros.”. Esse cenário foi modificado após a Reforma, pois

a produção exponencial de textos de origem protestante não pôde ser controlada pela Universidade. Dessa forma, ao longo dos anos seguintes, o Estado passou lentamente a tomar responsabilidade sobre a censura dos textos que circulavam na França, até que durante o século XVII seu poder consolidou-se – e a Igreja não possuía mais um aparato formal para exercer sua censura ortodoxa.

Nessa perspectiva, é essencial analisar neste trabalho não apenas o papel dos autores – que será abordado na próxima subseção –, mas dos editores e livreiros setecentistas, responsáveis pela divulgação dos textos. Em um embate frequente com a censura da época, estabelecida entre 1660 e 1680 por meio de mudanças implementadas por oficiais franceses como o próprio Jean-Baptiste Colbert, Nicolas de La Reynie (1625-1709) e o abade Jean-Paul Bignon (1662-1743) – diretor do comércio de livros a partir de 1699 (ROCHE, 1996) –, os impressos foram perseguidos de forma cada vez mais intensiva, almejando assim deter tudo o que fosse ilícito ou imoral. Os editores e livreiros, em contrapartida, criaram e buscaram mecanismos para burlar o sistema e expandir seus negócios à sombra da detenção na Bastilha quando suas obras não favoreciam os interesses do Estado. Esse modelo de censura que se consolidou no século XVIII, centralizado nas mãos do Estado por meio de seus oficiais, em que o parlamento e até mesmo a Igreja não tinham autonomia o suficiente para intervir, durou aproximadamente até a Revolução em 1789:

Antes de 1660 havia provavelmente menos de dez censores. No tempo do abade Bignon, havia em torno de sessenta (36 deles dedicando-se a assuntos religiosos), e mais de 130 trabalhavam na época de Malesherbes. Na véspera da Revolução mais de 160 censores estavam empregados pelo Estado. (ROCHE, 1996, p. 28)

Além dos impressores e livreiros, o autor enfatiza que a censura também expandia-se para os trabalhadores e vendedores ambulantes pobres que arriscavam-se no comércio ilegal em busca de um lucro maior, buscando assim exercer o controle sobre toda a cadeia de produção e distribuição do impresso. Darnton (2016, p. 67) observa que os responsáveis por inspecionar o comércio de livros (chamados “*inspecteurs de la librairie*”) frequentemente realizavam minuciosas buscas de obras ilegais em “[...] sótãos, aposentos nos fundos, gráficas secretas e depósitos clandestinos [...]”, tratando de apreendê-los e, se fosse possível, destruí-los ou mantê-los encarcerados na Bastilha.

É notável observar que esse modelo de censura foi resultante de novas necessidades criadas não apenas pelo modelo absolutista de governo, mas também pela lógica mercantilista da economia, onde medidas protecionistas começaram a entrar em vigor. Assim, como

ressaltado por Roche (1996, p. 26): “O Estado agora intervinha para proibir uma publicação estrangeira não apenas para impedir a subversão, mas também para proteger o monopólio dos editores de Paris.”. Assim, estratégias foram estabelecidas para preservar a expansão do comércio e manter as exigências impostas pelo Estado, como a existência de uma ideia de “ilegalidade aceitável”, em que eram assim definidos quais livros poderiam receber aprovações, permissões e privilégios²⁰, e quais precisavam ser retidos por determinados períodos ou censurados definitivamente. A seguir, é mostrado um exemplo de como era exibido o privilégio em um livro impresso da época:

Figura 9 - Parte do privilégio em *Nouveau Voyage aux isles de l’Amérique* (1722)



Fonte: DARNTON, 2016, p. 24.

Além da análise de conteúdo, Darnton (2016) observa que os censores com certa frequência também levavam o estilo da obra em consideração para fornecer ou não uma aprovação: a forma como o autor transmitia suas ideias, a estruturação do texto, a escolha das palavras – afinal, tratavam-se de homens letrados, que ocupavam cargos respeitados, muitas vezes envolvidos com o universo acadêmico, amiúde instruídos por meio de uma educação de cunho religioso. Dessa maneira, é possível supor que, para além da formação de ideias, os órgãos censores também auxiliaram na definição de maneiras de escrita, de formas de

²⁰ Direitos exclusivos para publicação e venda de determinada obra (ROCHE, 1996). Era comum que os privilégios também estabelecessem critérios para os atributos físicos da obra, como a estipulação da qualidade do papel e dos tipos móveis utilizados para impressão (DARNTON, 2016).

expressão dos autores que buscavam suas aprovações. O trabalho era realizado com tamanho nível de detalhamento que

Ao examinar um tratado sobre comércio e taxas de câmbio, um deles corrigiu a grafia e refez muitos cálculos. Outros faziam listas de erros factuais, corrigiam deslizes de gramática, anotavam falhas de estilo e tomavam um cuidado especial em assinalar expressões que pudessem ofender. Muitas vezes acusavam a rudeza de tom, defendendo um ideal de moderação e decoro (*bienséances*). (DARNTON, 2016, p. 44)

O editor ou livreiro que quisesse pôr uma determinada obra em circulação, quando esta não era passível do aval dos censores, recorria à ilegalidade das chamadas rotas clandestinas. Era comum, por exemplo, que obras de conteúdo proibido fossem impressas em outro país e contrabandeadas para a França, o que desviou parte das riquezas comerciais da nação (DARNTON, 1998). O autor explica que, desta maneira, em uma tentativa de amenizar o caráter drástico da censura como um todo, foram criados mecanismos como categorias que permitissem a comercialização de determinados livros, sendo assim estabelecidas “nuances de legalidade”. Em geral, os temas proibidos aos livros foram delimitados pela censura e enunciados sob a direção de Lamoignon de Malesherbes – responsável pelo comércio de livros entre 1750 e 1763 – em três: Deus, Rei e moral (ROCHE, 1996). Fora desses temas, havia a possibilidade de negociações e adaptações entre os autores, editores e os oficiais. A seguir, uma pintura de Malesherbes – realizada nos parâmetros da arte para a época, o retrato é composto por detalhes que representam sua autoridade.

Figura 10 - Retrato de Lamoignon de Malesherbes



Fonte: VALADE, 1755²¹

²¹ Disponível em: <<https://goo.gl/a15LXx>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

De acordo com Alexandrian (1993), Malesherbes foi o responsável por cem permissões tácitas²² por ano durante seu ministério, em que os editores foram então capazes de publicar certos livros proibidos sem que sofressem represálias. Essa proteção denota a tolerância em que diversos censores demonstravam em relação à apreensão literária, o que favoreceu e pode explicar, segundo o autor, a proliferação crescente dos escritos de conteúdo libertino naquele período. Nota-se também a percepção do pensamento iluminista explícito em Malesherbes, que acreditava que

[...] a censura só podia funcionar se fosse tolerada e aceita, dentro dos limites da razão, por todas as partes envolvidas (as obras de Voltaire, Rousseau, Diderot e outros confirmaram essa visão, pois geralmente se mantiveram numa área difusa entre o legal e o ilegal). Malesherbes era favorável também a uma política de recompensas, que ganharia a lealdade dos editores e escritores e promoveria obras e exaltassem a glória do rei. (ROCHE, 1996, p. 28)

Dessa forma, sob a direção de Malesherbes, importantes obras iluministas como a *Enciclopédia* puderam ser publicadas e circuladas pelos mercados livreiros com a segurança proporcionada pela proteção dos próprios indivíduos censores. Finalizada em 1772 e elaborada por Diderot e D'Alembert, a *Enciclopédia* trata-se do principal fruto dos ideais iluministas. De caráter profundamente cético, a obra tornou-se um marco editorial da época, elaborando um levantamento do conhecimento até então acumulado nos mais diversos campos, organizados por diversos pensadores importantes como Montesquieu, Rousseau, Voltaire e o próprio Diderot (GRESPLAN, 2008). O impacto que a publicação da obra surtiu na sociedade francesa da época foi considerável, a observar que

Os editores haviam planejado inicialmente uma tiragem total de 1625 cópias, mas a demanda cresceu tão rapidamente que já em 1754 eles a ampliaram para 4255. E embora a edição fosse muito cara, logo havia volumes da *Enciclopédia* nas bibliotecas de quase todas as pessoas cultas, isto é, da aristocracia e da alta burguesia, bem como os membros do clero, incluindo padres da província. (GRESPLAN, 2008, p. 52)

Também segundo Grespan (2008), é reforçado que o mercado editorial de obras de conteúdo filosófico tiveram notável difusão para a época, mesmo com a existência das forças censoras. Um dos exemplos citados uma das mais importantes (senão a maior) obras de Montesquieu, *O Espírito das Leis*, que teve 22 reedições no período de dois anos após seu lançamento em 1748. Tanto *O Espírito das Leis* como a *Enciclopédia*, apesar de esta ter sido suspensa por um determinado período, foram obras protegidas por Malesherbes (ROCHE,

²² Estratégia de autorização dada a obras que não podiam ser sancionadas abertamente, mas que o órgão censor não queria condenar (ROCHE, 1996).

1996). Graças à proteção do censor e diretor ao longo dos treze anos de seu controle, as palavras iluministas foram capazes de alcançar o texto impresso pelas principais vias editoriais, manifestadas não apenas no caso de Montesquieu, mas também no caso de autores como Rousseau (DARNTON, 2005, p. 24). Mesmo que o preço das obras cerceasse o acesso pelo público geral, pertencendo assim o conteúdo aos grupos sociais mais privilegiados, o crescimento da alfabetização, a enorme difusão de panfletos e a frequente transmissão oral entre letrados e iletrados fomentavam o acesso, mesmo que carente e parcial, às ideias contidas nas obras filosóficas iluministas por aqueles que não sabiam ler adequadamente. Era nítido, para a época, que o público leitor tornava-se cada vez mais ávido pela leitura do que era vetado pela censura. Os editores, ao mesmo tempo que mantinham um catálogo legalizado para circulação comum, possuíam a estratégia de produzir obras clandestinamente e as comercializavam para a obtenção de um lucro garantido e rápido, um verdadeiro “[...] grupo de intermediários culturais [...]” (ROCHE, 1996, p. 35), que conseguiam fornecer aos leitores, de uma maneira ou de outra, tudo aquilo que era escrito nacionalmente e que os leitores ansiavam, mesmo com os desafios:

[...] durante todo o século XVIII as pessoas do ramo editorial tinham pouquíssima liberdade fora do sistema de privilégios e permissões [...]. As infrações geralmente implicavam punições severas: por exemplo, uma multa de 500 libras (na primeira infração) por emprestar o nome para proprietário de gráfica ou livraria, por violação das regras que limitavam o horário em que as gráficas podiam funcionar, ou por vender livros piratas ou proibidos. A reincidência podia resultar na perda do *status* de mestre, dos estoques, em açoite, banimento, prisão ou nas galés. (ROCHE, 1996, p. 43)

No período entre 1659 e 1789 aproximadamente mil pessoas foram levadas às prisões da Bastilha por crimes relacionados ao ramo editorial (ROCHE, 1996). Os dados obtidos pelo autor revelam um cenário em que a maioria das prisões era efetuada por menores infrações e cujas penalidades mais pesadas eram voltadas para vendedores ambulantes e pequenos distribuidores que eram pegos em denúncias ou inspeções realizadas pela polícia, ao invés dos grandes mestres impressores. A tabela disponibilizada pelo autor com os dados relativos às prisões de infratores na Bastilha, no período de 1659 até 1769, foi adaptada e está disponibilizada no Anexo A deste trabalho.

As obras eróticas, embora pudessem abordar temas de cunho religioso ou expor membros da família real, geralmente eram passíveis de censura em nome da manutenção da moral, entendendo-se que a escrita e, principalmente, a leitura da obscenidade era prejudicial aos bons costumes, devendo, portanto, ser proibida (GOULEMOT, 2000). Nesse tempo, a

censura manifestava-se não apenas pelo órgão oficial censor, mas também nos discursos da Igreja, que condenava publicamente a leitura dos “maus livros”, tratando-se de uma perseguição que ia além do pensamento iluminista: a condenação era em nome dos costumes, a fim de eliminar qualquer elemento que pudesse corromper os “bons hábitos” do indivíduo:

Um efeito corruptor une filosofia das Luzes e literatura pornográfica, uma mesma arma serve aos seus fins: a sedução. A sedução dos sentidos pela ilusão da escritura do pornográfico junta-se à sedução pela escritura que a filosofia instaura com uma arte consumada. Logo, convém se precaver igualmente contra uma e outra. Aí está em jogo a salvação do cristão. (GOULEMOT, 2000, p. 27-28)

Contudo, os esforços do Estado e da Igreja não conseguiram impedir o desenvolvimento, a popularização e a busca pelo erótico. Traduzindo em termos simples, o autor expõe um cenário em que o erótico era um elemento componente da cultura do cidadão francês setecentista tanto quanto a literatura considerada lícita e moral, mesmo com a proibição explícita:

Nossa abordagem dos autores de romances obscenos confirma largamente que a erudição [...], o respeito das hierarquias estéticas e literárias, a vida mundana, as novas formas de sociabilidade, na maioria das vezes, casam-se bem com o consumo de pornografia. (GOULEMOT, 2000, p. 79)

O autor ressalta que, mesmo que fossem lidas com o intuito de formular críticas públicas, a literatura erótica era consumida em larga escala, conhecida, divulgada, revirada; o que criava o efeito adverso que seus ditos inimigos queriam causar: para encontrar-lhe defeitos, o autor da crítica precisava escrutiná-la; ao ser exposto publicamente ao repúdio, o erótico atiçava o desejo de curiosos. Era inevitável, portanto, que sua existência pairasse ativamente em âmbito social, ainda que renegada às sombras do que não podia ser admitido e confessado.

Como discutido até então, a censura ortodoxa, que alcançou obras como a Enciclopédia, restringiu a circulação de livros de caráter principalmente filosófico e político por serem manifestações do espírito iluminista questionador. Nesse contexto, a literatura erótica assumiu uma interessante característica: ao invés de serem tratadas por seus comerciantes clandestinos e leitores como o que realmente era, as obras desse gênero literário receberam a alcunha de “obras filosóficas”²³ (DARNTON, 1998). Assim, para os editores e livreiros da França setecentista, o emprego do termo “filosofia” indicava perigo, sendo

²³ De acordo com o autor, a polícia na época havia encontrado outros termos que caracterizavam os livros proibidos, como “livros clandestinos”, “drogas” e “penas”. (DARNTON, 1998).

necessário tomar uma série de precauções para proteger seus estoques. Uma delas é a cautela de “casar livros”, especificado como o ato de misturar as páginas de um livro com as páginas de outro, a fim de dificultar sua identificação. O autor também exemplifica os cuidados na figura do livreiro Regnault le Jeune, que ao realizar um pedido de dezoito títulos a um fornecedor, “[...] assinalou com uma cruz todos os livros ‘filosóficos’, explicando que tinham de ficar bem escondidos no caixote.” (DARNTON, 1998, p. 24).

As obras eróticas, ou *filosóficas*, constituíram um importante comércio independente, com características próprias. Uma de suas principais peculiaridades era a grande flutuação de preço: mesmo custando normalmente o dobro de uma obra clandestina “convencional”, uma obra erótica cujo autor fosse condenado ou que seu estoque fosse confiscado por uma batida policial era capaz de aumentar imediatamente de preço, tendo em vista que interessava aos leitores principalmente as obras que estavam sob uma forte repressão, como uma forma de estímulo à leitura do proibido (DARNTON, 1998). Observa-se assim que, para o comércio livreiro, a proibição de determinadas obras funcionava como a melhor propaganda para o desejo e consequente venda. Isso é explícito nas críticas palavras de Diderot, na sua obra *Lettre sur le commerce de la librairie*, redigida em 1763 e endereçada a um magistrado sobre o comércio do livro:

Não pode impedir que um texto seja impresso e se torne em pouco tempo tão comum e muito mais procurado, vendido e lido de que se o houvesse tacitamente permitido. Guarneça, senhor, todas as suas fronteiras de soldados, arme-os de baionetas para rechaçar todos os livros perigosos que aparecerem, que mesmo assim estes livros, perdoe-me a expressão, passarão por entre suas pernas ou por sobre suas cabeças, até chegarem até nós. (DIDEROT, 2002, p. 117)

O fato desse tipo de obra necessitar transitar por vários indivíduos responsáveis por sua produção e distribuição antes de alcançar as mãos do leitor também era um fator decisivo para o aumento dos preços. O setor clandestino, como pontuado por Darnton (1998), era portanto muito bem organizado, constituído por uma série de práticas bem estabelecidas que foram desenvolvidas para se adaptarem às limitações da época e enriquecer aqueles que situavam-se às margens da legalidade. Um fato importante acerca dessas obras é que os editores tratavam-nas com o devido esmero – não raro contendo vários volumes, era normal que uma obra erótica pudesse conter “[...] notas de pé de página, apêndices, genealogias e todo tipo de documentação.” (DARNTON, 2005, p. 88). O autor, ao criar uma lista de *best-sellers* que revela quais eram os principais livros que circulavam nos recantos da literatura proibida aos vinte anos anteriores à Revolução, reforça o fato de que cinco dos primeiros

quinze itens da lista tratam-se de leitura erótica. A lista completa fornecida pelo autor, adaptada para o presente trabalho, pode ser acompanhada no Anexo B.

Gradualmente, os limites entre o permissível e o proibido tornaram-se cada vez mais incertos, nesse contexto de permissões e clandestinidade em que dificilmente era possível estabelecer uma real censura a determinado conteúdo em um comércio de crescente expansão. Em virtude dos problemas que a permeavam desde a concepção, a manifestação da censura foi gradualmente perdendo terreno e caindo em contradições, visto que os limites do que poderia ser considerado um “mau livro” ou não ficaram cada vez mais incertas com a crescente tomada das ideias iluministas pelas camadas mais privilegiadas e com a maior difusão das ideias contidas nas obras críticas. O avanço das ideias iluministas conquistava cada vez mais as mentes dos letrados, e até mesmo entre os próprios censores tornava-se complexa realizar a repreensão de uma obra que lhe caía ao gosto (ROCHE, 1996), pela própria indefinição crescente do que exatamente constituía uma obra de conteúdo proibido e a inclinação dos indivíduos censores à prática da atividade intelectual, o que poderia oferecer-lhes uma certa ousadia em suas decisões:

[...] a maioria dos censores eram homens de alguma educação e talento [...]. Os censores, como grupo, pareciam membros das sociedades acadêmicas: uniam-nos atividades intelectuais comuns e vínculos comuns com os poderes estabelecidos. Quarenta por cento eram membros de alguma academia, e mais ou menos a mesma proporção já havia editado um periódico [...] (ROCHE, 1996, p. 32)

Mesmo com a crescente flexibilidade, a Revolução de 1789 não fez com que a censura deixasse de existir, porém os censores que exerciam controle do comércio livreiro perderam definitivamente o suporte do governo. Os privilégios concedidos a determinados editores deixaram de existir (GOULEMOT, 2000) e, quando as mentes iluministas tornaram-se figuras protagonistas no cenário político francês, a ideologia censora, característica do Antigo Regime, perdeu sua força e representatividade tal qual era antes. Apesar de não terem sido extinguidas e algumas práticas terem se adaptado durante tempos após a Revolução, a forma como se manifestaram tornou-se pálida em relação ao que um dia havia sido.

3.3.3 Mãos que provocam labaredas

*A arte da escrita, a arte de falar com aqueles
que estão ausentes e de escutá-los, a arte de comunicar
aos que estão distantes, sem nenhuma mediação,*

nossos sentimentos, vontades, desejos...

— Rousseau

Assim como os representantes do comércio de livros, os autores sofriam represálias por seus escritos. Entre prisões que levavam de seis a doze meses (ROCHE, 1996), uma quantidade considerável de autores, populares ou não, permanecia um tempo atrás das grades. Voltaire, apesar de ser um autor reconhecido e que possuía um contato especial com diversos nomes importantes do universo censor, passou onze meses na Bastilha, tempo em que, sofrendo repressões e até mesmo violência física, foi capaz de sentir na pele a intolerância que um autor precisava enfrentar para ironizar, criticar e transcender a realidade em que vivia por meio de suas palavras (DARNTON, 2005, p. 24). O historiador ainda fornece uma sucinta concepção acerca do que deveria ser o escritor independente e intelectual setecentista, por meio da interpretação do panfleto *Le Philosophe*, em 1743:

Os escritores deviam moldar-se a um tipo ideal: nem um cientista nem um sábio, mas um novo fenômeno, o *philosophe*, em parte homem de letras, em parte homem do mundo, e inteiramente empenhado em usar as letras para livrar o mundo da superstição. (DARNTON, 2005, p. 24)

Uma nova forma de escritor, portanto, necessitava se estabelecer, a fim de manifestar através da palavra impressa as correntes de pensamento e mudanças que ocorriam à época, a ruptura fundamental entre o pensador do século XVII, apegado à construção de ideais, e o filósofo setecentista, cuja existência foi determinante para os movimentos que culminaram na Revolução, tratando-se de “[...] um novo tipo social [...]. Ele pretendia colocar suas idéias em uso, persuadir, propagar e transformar o mundo ao redor.” (DARNTON, 2005, p. 19), fundamentalmente marcado por uma coletividade de seus representantes no combate aos obstáculos de seus ideais.

Para além do texto impresso, tratando-se de um século em que a presença da oralidade ainda era um importante meio de transmissão de informações em todas as classes sociais, as canções libertinas, que atiçavam as mentes sobre os acontecimentos na corte e na vida do Rei, fluíam livremente na memória e na voz da população. Suas versões materiais – os versos, que às vezes assumiam a forma de publicação em panfletos – eram carregadas nos bolsos na forma de rabiscos em pedaços de papel, que eram trocados por outros versos, até que seus autores e difusores eram capturados: “[...] a polícia revistava os prisioneiros na Bastilha, confiscava grandes quantidades desse material [...]”. (DARNTON, 2005, p. 69)

Mesmo que fossem perseguidos, a relação entre autores e censores nem sempre eram conflitantes – era normal que existisse casos de amizade e favoritismo, tratamentos especiais para autores eminentes e com certa influência nos círculos da alta sociedade e preferências de determinado autor para ter sua obra analisada por determinado censor (DARNTON, 2016). Apesar de suas posições estabelecerem perspectivas e interesses muitas vezes distintos, a negociação inicial não era um artifício incomum para a busca de permissões, aproveitando-se da incerteza que existia entre os limites do lícito e do que constituía a ilegalidade:

Os autores [...] adquiriram o hábito de visitar os censores e de acomodar-se às suas exigências – os mais eminentes conduziram tais negociações diretamente no topo ou bem perto dele, como fez Voltaire com Germain Louis de Chauvelin, guardião dos selos reais, [...] Diderot com Malesherbes; e mesmo Rousseau quando se tratou da publicação de *Émile*. (ROCHE, 1996, p. 28)

O autor reflete que, embora as negociações pudessem resultar em um acordo para ambas as partes, a incerteza que caracterizava a classificação de uma obra como proibida e a constante intervenção dos oficiais do Estado nas atividades dos escritores fizeram com que estes se tornassem mais audaciosos e menos propensos a acatar as decisões dos censores, defendendo o direito de terem suas obras publicadas na íntegra. Era comum também que os censores tentassem assumir uma posição de “segunda autoria” das obras, reescrevendo trechos, indicando alterações, criticando em demasia o estilo de determinado autor, como exemplificado por Darnton (2016, p. 49) “Um oficial da Marinha aposentado achou penoso receber a ordem de cortar trechos de seus poemas e mais tarde, depois de algumas autoflagelações, receber um pedido para cortar mais ainda.”, o que tornava em diversos casos as relações entre autores e censores extremamente conflituosas.

O processo criativo é um elemento para tomar-se nota. Apesar da existência de autores consolidados, era comum que as trocas informacionais que ocorriam livremente em cafés e tabernas também se aplicassem aos escritos, em que a posse de determinada passagem ou acontecimento não se limitava a um único autor. Elemento frequente nas histórias construídas em torno da vida da família real, as repetições e cópias eram frequentes, em um caso literário que “Não era uma questão de plágio, porque essa noção não se aplicava à literatura clandestina, e os livros, como as canções, dificilmente tinham autores individuais. Era um caso de intertextualidade desenfreada” (DARNTON, 2005, p. 88-89).

Essa intertextualidade se manifestava nitidamente no caso dos libelos (*libelles*). Como explicado por Darnton (2005), elaborados intencionalmente ou não por seus autores na forma de mescla entre o ficcional e o real, os libelos tratavam-se de obras cujo intuito era o de

comprometer, revelar, expor figuras públicas e conhecidas. O Rei Luís XVI e a rainha Maria Antonieta tornaram-se personagens frequentes dos libelos no período pré-revolucionário, desmistificando a sacralidade construída ao redor da realeza, levando-os ao ridículo, ao riso e à depravação. Ainda assim, essas obras

[...] tinham frequentemente qualidades literárias notáveis. *Anecdotes sur Mme la comtesse du Barry* chegou ao topo da lista de mais vendidos porque, entre outras coisas, era muito bem escrito. Maiorbert sabia contar uma história. Seu texto é divertido, malicioso, chocante, ofensivo e muito bom de ler. (DARNTON, 2005, p. 88)

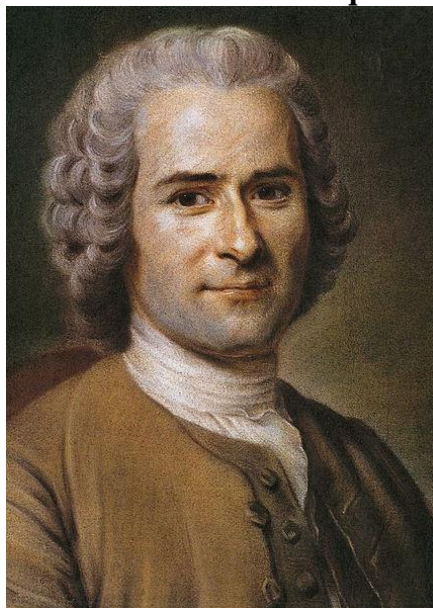
O erótico era utilizado, dessa maneira, como uma forma de difamação e denúncia, sendo interpretado por Goulemot (2000) como um sintoma da crise que assolou o Antigo Regime. O autor também aponta que, a partir da Revolução em 1789, com a defesa da liberdade de expressão, houve uma verdadeira proliferação de libelos pornográficos que abordavam temáticas revolucionárias e contra-revolucionárias.

Na compreensão de Goulemot (1991), o discurso iluminista buscou uma legitimidade através de suas novas formas de expressão, como as cartas e os contos filosóficos. Procurou definir o novo papel do homem, o filósofo, desgarrado da sombra da Igreja em sua busca pela verdade e uma nova forma de pensamento, ao mesmo tempo que ainda mantinha sua própria fé e seus laços sociais. Isso se manifestou pelo estabelecimento de uma identidade explícita do homem, da materialização de suas memórias, dúvidas, anseios. Rousseau, talvez o exemplo mais expressivo deste período, define este panorama ao compor uma crítica em relação ao simples “fazedor de livros”, levado pelos costumes e crenças de sua época, e o filósofo, que

[...] só existe porque é um ser livre e independente. Sua liberdade é fundamental, pois constitui a condição de seu acesso à verdade. É através dela que se estabelece sua exterioridade com relação aos interesses do mundo [...] que lhe permite inventar a posição de sua palavra.” (1991, p. 398)

Nota-se portanto a manifestação dessa forma de pensamento e recriação do autor-filósofo por meio das obras em forma de autobiografia, típica de Rousseau, nas quais a obra e a vida do autor tornam-se inseparáveis, em que a verdade da escrita fundamenta-se em uma análise minuciosa do “eu”. Cria-se, dessa maneira, uma nova forma de relacionamento entre autor e leitor, em que a autobiografia só surge como uma exposição, ainda que romantizada, de fatos se o leitor lhe conferir veracidade, se acreditar na aparente “honestidade” do autor que coloca-se sob seu olhar e julgamento. Abaixo, um retrato do escritor elaborado na metade do século XVIII.

Figura 11 - Retrato de Jean-Jacques Rousseau



Fonte: TOUR, 1753²⁴

O próprio Rousseau, assim como a maioria dos grandes escritores filósofos do século XVIII, dedicou parte de sua obra ao erótico (GOULEMOT, 1991). Nota-se que esta nova maneira de percepção e expressão, por parte do escritor, tratava-se de um elemento presente na narrativa erótica – a busca pela legitimação de novos papéis, de novas formas de criticar, de novas estruturas discursivas para o encadeamento de suas ideias tornava o erótico uma interessante ferramenta para o escritor setecentista que, além de brincar com o desejo do corpo, também tornava-se apto a brincar com o desejo do espírito. A publicação de *La Nouvelle Héloïse*, por exemplo, foi de grande surpresa para a época, em que não era cabível imaginar ou compreender por qual razão um escritor do porte de Rousseau havia se comprometido a tal façanha, visto que

[...] ganhara fama denunciando todas as artes e ciências por seu efeito sobre a moral. No entanto, ali estava ele, despudoradamente, exibindo seu nome na folha de rosto do *mais corruptor tipo de literatura* [...]” (DARNTON, 1986, p. 294, grifo nosso)

De acordo com o autor, esse romance epistolar, tratado por Rousseau como se fosse a reunião e de um conjunto de cartas editadas por ele, utilizava o artifício que coloca a obra entre a ficção e a realidade, seja para dotar o escrito de veracidade, seja como mecanismo para validar seu discurso e as ideias contidas nele; buscando assim estabelecer uma crítica à

²⁴ Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Jean-Jacques_Rousseau_\(painted_portrait\).jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Jean-Jacques_Rousseau_(painted_portrait).jpg)>. Acesso em: 10 dez. 2016.

literatura consolidada e aceita nos seletos grupos letrados e dotados de previsibilidade. Dessa maneira, como Darnton reforça:

O livro [La Nouvelle Héloïse] parecerá inventado aos membros da elite sócio-cultural [...]; mas, para aqueles que podem lê-lo com olhos inocentes, parecerá a própria verdade. [...] O *leitor ideal* deve ser capaz de se despojar das convenções da literatura, bem como dos preconceitos da sociedade. (1986, p. 295-296, grifo nosso)

Essa intenção de Rousseau é interpretada por Darnton (1986), para além da construção de um gênero literário, como o incentivo a um próprio *modo de leitura*, em que, para imergir e compreender de fato o que um romance tem a oferecer, o leitor deveria crer, tomar a narrativa como verdadeira, senti-la tanto quanto sentiria um acontecimento que se desdobrasse perante seus olhos. Entre críticas e aceitações, os fatos obtidos são que, na França setecentista, apesar da circulação, mesmo que restrita, de suas obras de cunho político, Rousseau tornou-se conhecido “[...] muito mais pelo romance A Nova Heloísa e pelo projeto pedagógico contido no Emílio, do que pelo Contrato Social. Era a literatura em geral, incluindo a de cunho erótico, que mais se publicava, comprava e lia.” (GRESPLAN, 2008, p. 14).

Reforçando sua ideia, Darnton (2005, p. 23), prossegue apresentando que o pensamento Iluminista, filosófico, difundiu-se amplamente em obras de autores como Montesquieu e Voltaire, responsáveis respectivamente pela criação das proibidas obras *Cartas persas* e *Cartas filosóficas*. É interessante notar como o autor define as composições, que “[...] mostravam um progresso da sagacidade à sabedoria, pois os dois autores misturavam irreverências libertinas com reflexões sérias sobre o despotismo e a intolerância.”. Era uma nova maneira de se apresentar um discurso questionador.

Para além de todo discurso político, da difamação, dos intentos críticos e da criação de novas maneiras de relacionar o autor e seus leitores, Goulemot (2000), reconhecendo que o erótico pertencia à cultura do cidadão francês do século XVIII, nota que a concepção de uma obra erótica poderia simplesmente pertencer ao campo do divertimento. Sem o reconhecimento público, os chamados homens das letras compartilhavam de um universo em que a leitura do erótico era comum; talvez não confessado, mas nitidamente presente em seus textos, em suas cartas. Os autores, também leitores, independente do objetivo de seus escritos, portanto foram capazes de estabelecer um estatuto cultural do erotismo setecentista – e sua herança pode ser observada nas estruturas narrativas que compõe a ficção erótica nos séculos posteriores.

3.3.4 Traças de segunda prateleira

*Ora folheio um livro, ora outro,
sem ordem e sem propósito,
fragmentos desconexos; ora devaneio,
ora registro e dito, passeando,
os sonhos que aqui vedes.*

— Montaigne

Por meio das seções elaboradas até então, discutiu-se as formas que o texto erótico assumiu na França setecentista e como se efetuou a relação entre o impresso, os autores e editores, especificando assim importantes desdobramentos para responder as questões levantadas por Darnton (1992): *o quê* era lido, *quando*, *onde*. Assim, torna-se necessário prosseguir a discussão com o objetivo de tentar compreender *quem* era o leitor, *por quê* ele lia esse gênero literário e *como* era realizada sua leitura.

Ao perguntar-se o que era a leitura na França setecentista, Darnton (1986, p. 277) afirma que, se fosse possível desvendar o real significado da leitura, também seria possível “[...] saber como as pessoas se orientam no mundo de símbolos tecido em torno deles por sua cultura.”, complementado por Chartier (2004, p. 173) com a perspectiva de que, o livro “[...] está suscetível a uma multiplicidade de usos.”, usos esses que manifestam como um fruto essencial da relação entre o indivíduo e o coletivo. Assim, desvendar o significado da leitura é o mesmo que entender a maneira como determinado grupo social, em determinada posição geográfica e em determinado período se comportavam como leitores. E, para entender realmente esse conjunto de práticas, é preciso entender a maneira como esses indivíduos pensavam, como conscientemente portavam-se no mundo.

Assim, pertinente aos questionamentos levantados pelo estudo das práticas de leitura, torna-se necessário apresentar um panorama do que significava o público e o privado no contexto sócio-cultural da França setecentista. Fruto de convenções culturais, interferências políticas e religiosas, as posturas públicas e privadas sempre foram alvo de construções, amarras, polêmicas e transformações. O trabalho de Goulemot (1991) oferece um ponto de partida ao colocar em contraposição a vida do indivíduo europeu antes e até durante a Idade Média, de ritos e costumes essencialmente públicos, e a vida do indivíduo principalmente após a Renascença, em que a influência de Estados cada vez mais definidos, mudanças proporcionadas por novas práticas religiosas e a crescente necessidade de um

desmembramento da vida pública e controlada pelo “olhar do outro” fez desabrochar aos poucos a concepção do privado tal qual compreendemos na atualidade, das práticas e costumes entre quatro paredes que não mais encontravam seu espaço na vida pública “civilizada”:

Examinando atentamente essa oposição de duas épocas, tenderíamos a dizer que haveria um antes, no qual todas as atividades do indivíduo encontrariam lugar num espaço público, e um depois, no qual estariam submetidas ao controle do poder público, sucinto e esquemático, ou inseridas num espaço privado, doravante necessário, e que se apresentaria como defesa, recurso ou preservação. Podemos admitir que o espaço privado constituído durante a era clássica (e as ideologias que dele se encarregam) é, ao mesmo tempo, uma necessidade ditada pelas novas formas de organização do intercâmbio social e um meio de proteger-se de um conjunto de normas e controles. (GOULEMOT, 1991, p. 372)

No campo da literatura, o autor ressalta a possibilidade de estudo de uma crescente mutação da abordagem que antes desconsiderava a intimidade e o espaço privado, de caráter essencialmente oralizado e coletivo na forma de canções e narrativas curtas e versadas como as chamadas *fabliaux*, em que o anonimato da autoria era prática comum, para expansão de uma literatura que busca desvendar, revelar e atizar o leitor individual com segredos que perpassam os quartos dos palácios, das moradias do cidadão comum, das conversas particulares, das libertinagens situadas em alcovas. Nesse último ponto, o autor levanta importantes questões a respeito do conceito de privado no aprimoramento do romance erótico, que teve um espaço fundamental na literatura do século XVIII:

Se o romance libertino atesta a existência de um local privado dos prazeres [...], o paradoxo não consiste justamente em sua exposição romancesca? Enquanto as formas novas do intercâmbio social conduzem a uma privatização e a uma ocultação da vida amorosa, não introduz o romance libertino uma transgressão que consiste em falar do que deve ser silenciado e em transformar, para o leitor atento, em ato público o que doravante pertence ao espaço íntimo e privado? [...] Uma leitura superficial nos levaria a interpretar a exposição do privado como uma transgressão radical, porém isso seria esquecer que a posição de voyeur que o romance libertino impõe ao leitor por sua vez privatiza a própria apreensão do privado por um terceiro. (GOULEMOT, 1991, p. 374)

A popularização no século setecentista do relato romanesco na forma de correspondências é um exemplo nítido de tais questionamentos, exemplificado pelo autor nas obras *La Nouvelle Héloïse*, de Jean-Jacques Rousseau (também pioneiro nos escritos filosóficos em forma de autobiografia), e *La paysanne pervertie*, de Rétif de La Bretonne, em que um de seus pontos mais cativantes na exposição da intimidade é a insistência na

autenticidade dos escritos pelos autores (ou “editores”, como eles próprios se denominavam). O papel do leitor é ressaltado na publicação de tal gênero literário, em que

O íntimo simula o verdadeiro, mas para tanto se torna público. A literatura se apresenta como uma violação. É porque se tornou público que o privado pode servir de garantia. [...] A correspondência diz a verdade: nela as pessoas se entregam. Ainda que o autor da carta minta para enganar seu destinatário, o leitor sabe a que deve se ater. Não é tolo. Quando muito, cúmplice. A leitura o coloca na situação do *voyeur* que surpreende as intimidades e os segredos. A violação do espaço privado faz o leitor saber sobre ele mais que cada um dos protagonistas que se abrem em suas cartas. Aí está o paradoxo que faz com que o sigilo do espaço privado só encontre sua eficácia deixando de existir. (GOULEMOT, 1991, p. 396-397)

A literatura de cunho erótico, sob as mãos e penas dos grandes autores da época, tornou-se exemplo das formas de escrita que se estabeleceram e se popularizaram no século XVIII. Torna-se impossível considerá-la como um gênero à parte, excluída do pensamento, do discurso, das práticas e representações de seu período. Seu conteúdo enfatiza ainda mais a percepção e reconhecimento de uma leitura de caráter privado em que, apesar da forte distribuição em centenas de reedições, o ato de permitir-se ao deleite do escrito trata-se de uma resistência individual, uma luta silenciosa contra o ideal de uma moralidade, de uma civilidade em que os desejos tornam-se passíveis de repressão. O indivíduo, enclausurado pelo olhar e julgamento do próximo e até de si próprio, criou formas de leitura que individualizou a obra erótica, tornou-a um fetiche, um marco do prazer oculto e proibido.

Por outra perspectiva, observa-se a forma como a literatura é empregada como uma maneira do indivíduo compreender os acontecimentos ao seu redor, a vida pública. Como estudado por Darnton (2005, p. 89), uma notável parte da literatura de caráter proibido tratava-se de obras cujo conteúdo, além de lascivo, abordava eventos e situações que ocorriam nos interiores da vida na corte, fornecendo informações políticas – documentadas ou oriundas de boatos –, ou até mesmo a forma de detalhes da vida pessoal do Rei, situando o leitor em sua própria época e nas figuras que faziam parte de sua vida cotidiana. O autor assim expressa que

As pessoas comuns frequentemente encontram sentido na ruidosa confusão do mundo à sua volta ao contar, ouvir e ler histórias. Na França do século XVIII, os leitores em geral davam sentido à política incorporando notícias às estruturas narrativas fornecidas pela literatura dos libelos. E eles tinham suas interpretações reforçadas pelas mensagens que recebiam de todos os outros *media*: fuxicos, poemas, canções, publicações, anedotas e tudo mais. (DARNTON, 2005, p. 89)

Assim, embora pudesse ser analisada como pertencente ao âmbito privado, a leitura do erótico e da literatura ilegal como um todo também pertencia ao público, tratando-se de um prazer compartilhado, corrente, pertencente ao universo do cidadão letrado, expandido e comentado por figuras públicas e pelos homens das letras. Essa contradição é exemplificada em um memorando escrito na Bastilha:

As pessoas querem adquiri-los, não importando com o preço. E quem são essas pessoas? Precisamente aquelas que, pelo berço, pela posição, pela cultura e pela devoção, deveriam ser as primeiras a condená-los. Mas, ao contrário, tão logo ouvem alguém mencionar aos sussurros uma nova obra desse gênero, correm a procurá-la – o cortesão para se entreter, o magistrado para manter-se informado, o clérigo para refutá-la e os membros do Terceiro Estado para dizer que possuem algo raro e difícil de conseguir. (DARNTON, 1998, p. 239)

Assim, para abordar os leitores do Antigo Regime, toma-se por uma das bases o trabalho de Chartier (2004). Em tal estudo, o autor interpreta o período entre o século XVII e o fim do Antigo Regime como um exemplo de pluralidade de estilos de leitura e práticas do impresso. Apesar das diferenças locais, a França setecentista foi caracterizada por um notável avanço da familiarização do livro por um público cada vez maior. O autor enfatiza que, assim como é importante a perspectiva da apropriação particular do impresso para o estudo das práticas de leitura, há a necessidade de considerar-se os espaços coletivos que foram de grande importância para o compartilhamento de informações no período tratado e circulação do impresso em suas diversas formas para além do livro.

A questão da apropriação particular pode ser analisada pela análise da leitura silenciosa, em que a difusão desta prática torna-se indicador de um processo crescente de alfabetização. Chartier (1991, 2004) esclarece que, embora os dados coletados a respeito de assinaturas em documentos sejam capazes de demonstrar de forma quantitativa uma apreensão crescente da escrita – ainda que básica –, é necessário pontuar que não é possível estabelecer uma relação satisfatória entre esta habilidade e o processo cognitivo da leitura, já que envolvem diferentes mecanismos e formas de aprendizado e, contextualizando a época, deve-se levar em consideração que, na cultura do Antigo Regime, o aprendizado da leitura precedia a da escrita, não tratando-se portanto de habilidades construídas paralelamente. Ainda assim, as fontes utilizadas pelo autor podem fornecer determinadas afirmações, como uma predominância masculina da habilidade de escrever em relação às mulheres – já que a escrita feminina era muitas vezes vista como desnecessária –, sendo esta uma discrepância percentual comum a todas as sociedades européias, inclusive na França, em que “[...] as assinaturas dos noivos nos registros paroquianos [...] mostram nítida progressão no decorrer

de um século: em 1686-1690 apenas 29% dos homens e 14% das mulheres assinam; em 1786-1790 já são 48% dos homens e 27% das mulheres.” (CHARTIER, 1991, p. 115). Além das diferenças entre a educação oferecida para homens e mulheres, a desigualdade também manifesta-se entre os ofícios, em que membros da Igreja, nobres e os grandes comerciantes constituem historicamente a maior parte dos cidadãos letrados, sendo então os pequenos comerciantes, artesãos e trabalhadores agrícolas as parcelas da sociedade cujos níveis de escrita e leitura refletem o dificultoso acesso e avanços mais graduais. O autor ressalta que é possível quantificar também diferenças notáveis entre a alfabetização nas zonas urbanas e rurais, sendo a primeira mais bem-sucedida. Assim, entre recuos e progressos nas nações européias, observa-se que de uma forma geral “[...] a familiaridade com a escrita progride, dotando as populações de competências culturais que antes constituíam apanágio de uma minoria.” (CHARTIER, 1991, p. 116).

[...] em Lyon, às vésperas da Revolução, 74% dos operários da seda são capazes de assinar seu contrato de casamento, e é o caso de 77% dos marceneiros, de 75% dos padeiros, de 65% dos sapateiros. [...] Mas, evidentemente, ela [aquisição da leitura e da escrita] não implica a posse frequente do livro, como se esta marcasse um segundo limiar cultural, infinitamente mais restritivo. (CHARTIER, 2004, p. 179)

Por conseguinte, a respeito da posse privada do livro, o autor oferece um levantamento dos inventários após a morte como uma ferramenta para obter informações sobre o crescimento do hábito da leitura individual. Nota-se uma grande diferença de cunho religioso, em que ao tomar-se o exemplo da cidade francesa de Metz, observa-se que

[...] entre 1645 e 1672, 70% dos inventários dos protestantes incluem livros contra apenas 25% dos inventários católicos. E a distância é sempre muito acentuada, seja qual for a categoria profissional considerada: 75% dos nobres reformados têm livros, mas apenas 22% dos católicos os possuem [...], 100% e 18% entre pequenos funcionários [...], 25% e 9% entre trabalhadores braçais e agrícolas. Mais numerosos como proprietários de livros, os protestantes também possuem mais livros: os reformados membros das profissões liberais têm em média o triplo de livros de seus homólogos católicos [...]; e entre os burgueses a diferença é ainda maior, com bibliotecas calvinistas dez vezes mais ricas que as dos católicos. (CHARTIER, 1991, p. 131-133).

A explicação dessa diferença origina-se na própria natureza, ideias e práticas difundidas por ambas as religiões. Percebida como uma necessidade para a compreensão da palavra de Deus, a leitura individual era incentivada no pensamento protestante, em contraste com a ideia ainda viva do catolicismo da figura indispensável do clérigo para estabelecer a mediação entre o Verbo divino e o espírito humano. Apesar da leitura constituir-se em

maioria de textos religiosos para os indivíduos provenientes de ambas as religiões, o incentivo à posse e expansão de bibliotecas individuais é algo que deve ser considerado, tendo o espaço do lar compreendido então como um elemento indispensável para a boa formação do indivíduo:

Lido em silêncio (ao menos pelas elites), muitas vezes por mais indivíduos e em maior número, inscrito no centro da sociabilidade e da experiência individual (ao menos nos países protestantes), o livro torna-se assim o companheiro privilegiado de uma intimidade inédita. E para os que podem ter uma, a biblioteca constitui doravante o local por excelência do retiro, do estudo e da meditação solitária. (CHARTIER, 1991, p. 135-136)

De acordo com Darnton (1998), nota-se uma importante mudança nos hábitos de leitura no cidadão setecentista: em relação às bibliotecas particulares, os catálogos por volta de 1750 mostram um declínio na posse de obras de conteúdo religioso em relação a obras como ficção, história e ciência. Chartier (2004), em um abrangente estudo em relação à análise da posse de obras, destaca que é necessário considerar que a simples posse não confere determinada significação – possuir um livro não implica sua leitura, a apropriação do texto por parte do indivíduo; sua conservação no ambiente domiciliar pode derivar de heranças familiares ou até mesmo do intento de cultivar uma aparência, um status perante a sociedade. O que pode ser afirmado sem maiores contestações, de acordo com o autor, é que

[...] quanto mais a fortuna média de uma categoria social é elevada, maior é a porcentagem de seus membros possuidores de livros; dentro de uma mesma categoria, a proporção dos proprietários de livros cresce com a elevação dos níveis de fortuna. Para ilustrar esse último ponto, citemos o caso dos negociantes parisienses em meados do século: abaixo de oito mil libras, somente 5% possuem livros; acima, 28%. (CHARTIER, 2004, p.178)

O autor ainda aborda no desdobramento desse estudo um panorama para além da leitura em foro privado, ressaltando o papel das bibliotecas públicas e gabinetes de leitura, que começaram a se multiplicar nesse período, além da circulação do livro por meio de empréstimos privados e locações de livros que, embora não sejam formas de leitura passíveis de uma mensuração da perspectiva do leitor, faziam parte da realidade de uma parcela do coletivo letrado. Considerando também o público iletrado, é possível discutir a manifestação de falas mediadoras para a análise de sua perspectiva social.

Assim, verifica-se ao longo do Antigo Regime, apesar da vigente censura e do monopólio do Estado, uma necessidade de compartilhamento informacional que manifestou-se na criação de espaços coletivos para leitura e discussão do impresso. As bibliotecas

públicas, abrangendo diversas temáticas literárias lícitas, contaram com dezoito coleções abertas em Paris de acordo com um recenseamento realizado ao final do século XVIII:

[...] a Biblioteca do Rei, três bibliotecas reunidas por colecionadores particulares [...], duas bibliotecas de corpos civis [...], quatro bibliotecas de estabelecimentos de ensino [...] e oito bibliotecas religiosas, pertencentes a abadias [...] ou a congregações. (CHARTIER, 2004, p. 199)

Ressalta-se que por bibliotecas públicas, compreende-se na época que tratavam-se de espaços normalmente voltados para a utilização por pessoas religiosas, homens das letras e cientistas, indivíduos com certo prestígio e reconhecimento social. Ainda assim, é possível observar, de acordo com Chartier (2004), uma mudança na forma como era pensada a relação entre os acervos e a coletividade – as coleções de instituições religiosas, antes fortemente protegidas e de raro acesso, começaram a ser abertas para consultas, inclusive aquelas que eram constituídas por antigos manuscritos; assim como a abertura de acervos cuidadosamente formados por grandes colecionadores e a venda de coleções particulares com a intenção de formar acervos públicos. Contudo, as bibliotecas públicas ainda ofereciam percalços em relação ao acesso como dias e horários delimitados semanalmente para sua disponibilidade ao público, criando assim a necessidade de espaços que fossem mais flexíveis – assim, destacou-se a existência dos gabinetes de leitura para suprir tal lacuna.

Situados entre as concepções de biblioteca pública e livraria, os gabinetes de leitura – espaços frequentemente criados por livreiros – tratavam-se de instituições intermediárias que atendiam interesses comerciais e ao mesmo tempo culturais, que

[...] possibilitavam a distribuição e a leitura de periódicos, folhetins e, especificamente, o livro, item de elevado custo, sem a necessidade de sua compra ou posse. [...] Enquanto lugar de mediação da cultura letrada, os gabinetes de leitura interligavam as relações entre autores, editores, livreiros e leitores, pois franqueavam o acesso de classes menos abastadas ao universo do impresso, aumentando o número do público leitor, ampliando o espaço para formação e renome de novos autores e permitindo a circulação de obras consideradas insurgentes, visto que o espaço do gabinete era de caráter laico. (OLIVEIRA, 2014, p. 1-2)

Chartier (2004) observa que, diferente das bibliotecas públicas, a presença de obras consideradas proibidas não era incomum no espaço dos gabinetes de leitura, inclusive o erótico, já que oferecia a possibilidade de uma grande rentabilidade por parte das locações efetuadas. Dessa forma, os leitores eram beneficiados pela possibilidade de acessar na íntegra, sem rígidas limitações de dias e horários ao longo da semana e a baixo custo, os impressos

considerados ilícitos ou com um preço muito elevado para serem adquiridos como posse; enquanto os livreiros eram capazes de consolidar seus negócios com os lucros obtidos e atrair compradores em potencial por meio de seus assinantes. Sem propósitos comerciais, também havia em grande quantidade na França setecentista a existência de gabinetes formados por “sociedades literárias”, em que basicamente os membros constituintes pagavam com periodicidade um determinado valor para compra de materiais impressos a serem compartilhados e discutidos por todos.

O autor esclarece que, embora mais acessíveis, os gabinetes ainda ofereciam barreiras de custo e dificultava o acesso de diversos grupos sociais que não eram capazes de pagar uma assinatura periódica. Para contornar esta dificuldade, havia a opção dos “locadores de livros”: livreiros que ofereciam a um custo bem mais baixo gazetas e panfletos para serem alugados por aqueles que passavam na frente de seus estabelecimentos. A tarifa, no caso, era cobrada diariamente, até mesmo por hora. Era comum, nessa prática, que obras extensas fossem divididas para que suas partes pudessem ser alugadas por pessoas diferentes ao mesmo tempo, num fluxo barato e rápido de consumo informacional: “Para os que não têm livros ou têm-nos poucos, por três centavos por dia o livro pode estender o horizonte do sonho ou do prazer.” (CHARTIER, 2004, p. 210).

Porém, observa-se que, embora essas diferentes possibilidades para o acesso ao escrito impresso coexistissem no século XVIII, a forma mais representativa de leitura nas artes – em formas de ilustrações e representações textuais romanescas – foi a leitura em foro privado. Chartier (2004) indica que essas representações podem fornecer indícios de como era o imaginário construído em torno do ato de ler e que práticas começavam a ser consideradas legítimas. Escritores como Rousseau atribuíram um valor diferenciado à leitura íntima, legitimando-a como algo que deve implicar o envolvimento emocional do leitor, sua participação ativa, para além da simples absorção do texto para que possa ser considerada verdadeira. Na pintura, era frequente a retratação do livro como um companheiro à solidão do indivíduo, atribuindo um envolvimento afetivo, tornando-se uma manifestação materializada da intimidade humana:

O papel do livro no retrato masculino se acha deslocado: de atributo estatutário, índice de uma condição ou de uma função, ele se torna companheiro de solidão. [...] Novelas encenadas são então figuradas: a leitura ao ar livre no jardim, sob as folhagens [...], a leitura em pé, acompanhando a caminhada [...] (CHARTIER, 2004, p. 215)

A alcunha de “leitores lascivos”, como discutido até então, serve para referir-se àqueles que, contra as particularidades de sua época, dedicavam-se à posse e à leitura de obras de conteúdo erótico. Porém, como afirma Goulemot (2000, p. 15) é errôneo imaginar uma classe à parte de leitores de obras eróticas, um subgrupo dentre os letrados e consumidores de livros de outros gêneros, considerando que “Na ótica do historiador do livro, ler obras pornográficas é então um ato cultural da mesma ordem que a leitura de obras científicas ou filosóficas.” O cidadão comum letrado, o leitor setecentista, também pode ser observado como um leitor lascivo.

Uma curiosa abordagem acerca dos leitores é que, na perspectiva da materialidade do livro, Darnton (1986, p. 287) é catedrático ao afirmar que o leitor setecentista importava-se com a forma como o livro era confeccionado, de maneira que “A STN²⁵, frequentemente, recebia cartas de clientes que se queixavam da impressão negligente, e de livreiros preocupados com a possibilidade de que a escolha de um olho de tipo ou da qualidade do papel tornasse um livro invendável.”. Em uma época em que a produção livreira era crescente, porém ainda não voltada para as massas, a forma como o livro era feito – seu formato, o papel, o tipo gráfico, cada elemento que constituía o livro como objeto – era do interesse do indivíduo que usufruía da leitura:

O leitor do Antigo Regime aproximava-se deles com cuidado, porque prestava atenção ao material da literatura, bem como à sua mensagem. Manuseava o papel, para avaliar seu peso, transparência e elasticidade [...]. Observaria o desenho do tipo, examinaria os espaços, conferiria o registro, apreciaria a diagramação e verificaria a regularidade da impressão. [...] E, quando estivesse inteiramente de posse do livro, em todos os seus aspectos materiais, se instalaria para lê-lo. (DARNTON, 1986, p. 287-288)

Em relação ao livro proibido, nem sempre as obras eram capazes de contar com tal cuidado. Era comum que uma obra clandestina fosse composta por impressões grosseiras, papel barato e volumes pequenos (DARNTON, 1998), mas ao analisar a materialidade de diversos títulos eróticos, é possível encontrar um nível de detalhamento por parte dos editores que coloca-os por diversas vezes de frente às obras legalizadas. Detalhadas ilustrações que acompanhavam as minúcias dos relatos dos autores e encadernações bem elaboradas faziam parte do universo do erótico, como pode ser observado na ilustração a seguir, pertencente a uma edição de *Thérèse philosophe*:

²⁵ Société Typographique de Neuchâtel, uma das principais editoras suíças de livros franceses no século XVIII.

Figura 12 - Ilustração de Thérèse philosophe



Fonte: BOREL, [1748?]²⁶

Em relação às características do ato de ler, Chartier (1991) relata uma sociedade setecentista fortemente marcada pela sociabilidade da leitura. Seja em público, como em cafés e tabernas, ou compartilhada em espaços privados, como a leitura familiar, a prática da oralidade da leitura tem a capacidade de reforçar os laços constituídos entre os indivíduos e estabelecer relações entre aqueles que detêm a capacidade de ler e aqueles que não a possuem. Darnton (2005, p. 83) reforça essa ideia ao defender que não se deve separar uma cultura elitizada e uma cultura popular no contexto do Antigo Regime, observando que “A despeito do caráter estratificado da sociedade parisiense sob o Antigo Regime, seus públicos se cruzavam e andavam ombro a ombro por toda a parte. Eram misturados.”.

A representação da mediação da leitura para iletrados e semiletrados também é um tópico abordado em outro estudo de Chartier (2004), que a identificou, assim como a representação da leitura em foro privado, retratada nas artes. Em âmbito urbano, a presença das chamadas “falas mediadoras” pode ser explorada na abordagem das relações do indivíduo com o impresso. A seguir, é possível observar a representação de uma fala mediadora por

²⁶ Disponível em: <<https://goo.gl/lhbjRq>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

meio da obra *Le chanteur en foire* (O cantor de feira), que representa a comum figura urbana do vendedor de canções impressas, cercado por um público diverso – possivelmente iletrado. Por meio desse recurso, o texto “Ouvido, visualizado, [...] uma vez comprado, pode ser facilmente reconhecido, trazido pela melodia memorizada.” (CHARTIER, 2004, p. 222).

Figura 13 - Le chanteur en foire



Fonte: SECKAZ, 1766²⁷

A oralidade na forma de canções e versos era comum e fortemente cultural na França setecentista, sendo algo presente em todos os grupos sociais. Considerando esse contexto sócio-cultural, Darnton (2005, p. 82) reforça que “[...] não faz nenhum sentido, ao meu ver, separar a forma impressa dos modos de comunicação oral e manuscrito, como eventualmente fazemos quando falamos de cultura impressa, porque todos eles estavam entrelaçados num sistema multimídia.”. A sociedade é capaz de criar mecanismos para lidar com a privação de seu meio – a memória, os versos cantados, as curtas narrativas, as ilustrações, as falas mediadoras, vários elementos são capazes de revelar que

[...] o escrito está mesmo instalado no coração da cultura dos analfabetos, presentes nos rituais, nos espaços públicos, nos espaços de trabalho. Graças à palavra que o decifra, graças à imagem que o desdobra, ele se torna acessível mesmo aqueles que são incapazes de ler, ou que dele não podem ter, por si sós, nada mais que uma compreensão rudimentar. (CHARTIER, 1994a, p. 24)

²⁷ Disponível em: <<http://www.photo.rmn.fr/archive/10-500937-2C6NU0K769EU.html>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

A literatura erótica não é capaz de fugir dessa cultura mesclada de consumo: ela é indiscutivelmente lida, conhecida, comentada e procurada (GOULEMOT, 2000), mesmo que sua leitura seja disfarçada e oculta, também é possível supor que pudesse ocorrer de forma pública, na forma de versos infames, de canções dúbias, anedotas que perpassavam os espaços das feiras e cafés. O mesmo ambiente responsável pela inibição, também cultiva o prazer pelo proibido.

Dando continuidade às características do ato de ler, discute-se na literatura uma convencional ideia de que, com a maior difusão do texto impresso proporcionado pela imprensa de Gutenberg, a leitura migrou de sua forma intensiva para extensiva. Apesar de não estar errônea, é preciso reafirmar que o ato de ler não pode ser visto sob a ótica de rupturas, e sim de continuidades, mesclas e aperfeiçoamentos. O maior número de obras escritas disponíveis não modificou de imediato as práticas do indivíduo e, sendo assim, observa-se que

“[...] vários traços podem fazer considerar como intensiva a leitura tradicional das cidades francesas: por um lado, para muitos e por um longo tempo [...] o número de livros permanece baixo, e é um corpus limitado de textos que constitui a herança referencial; por outro, outros livros além da Bíblia podem ser objeto de apropriações intensas e modelar profundamente os espíritos.” (CHARTIER, 2004, p. 218).

Como abordado na seção 3.3.3 “Mãos que provocam labaredas”, a importância dos escritos de Rousseau tornou-se um marco no século XVIII, não apenas no campo da literatura, como na maneira como os indivíduos percebiam e se apropriavam da leitura. É possível observar uma análise também realizada por Darnton (1986), feita por meio das cartas enviadas pelos leitores de *La Nouvelle Héloïse* ao próprio Rousseau, que as colecionava:

A procura de exemplares ultrapassou tanto o fornecimento que os livreiros alugavam o livro por dia e até por hora [...]. Pelo menos setenta edições foram publicadas antes de 1800 – provavelmente, mais do que qualquer outro romance na história editorial anterior. É verdade que os homens de letras mais sofisticados [...] achavam o estilo sobrecarregado e o assunto desagradável. Mas os leitores comuns de todos os escalões da sociedade perderam a cabeça. Choravam, sufocavam, vociferavam, examinavam em profundidade as duas vidas e decidiam viver melhor [...] (DARNTON, 1986, p. 310)

Choravam, sufocavam, vociferavam – verbos que indicam uma intensiva apropriação da leitura. Para a França setecentista, Rousseau torna-se um ícone da relação entre escritor, livro e leitor, em que a obra adquire um caráter de meio em que os sentimentos de um se une aos do outro, a fim de moldar determinadas práticas, de solidificar um gênero literário, de

estabelecer – ou derrubar – limites entre o imaginário e o real em que, para os leitores, o “[...] romance era verdadeiro porque haviam lido sua mensagem em suas vidas.” (DARNTON, 1986, p. 315). Dentre um fluxo cada vez mais numeroso de textos disponíveis, o leitor setecentista era capaz de entregar-se à leitura intensiva, tal qual a leitora representada a seguir – que deixa representar, acima de tudo, uma languidez oriunda do texto lido:

Figura 14 - A Leitura



Fonte: BAUDOUIN, 1760²⁸

Em outro trabalho, Darnton (1998) reflete que, apesar dos estudos desenvolvidos no campo de História da Leitura, pouco se sabe sobre a apropriação que os leitores no período do Antigo Regime faziam do texto impresso. Ainda assim, o autor afirma que, embora fossem variadas, as reações dos leitores tinham tendência a serem *intensas*: “Numa época em que a televisão e o rádio não disputavam a supremacia da palavra impressa, os livros tinham o poder de suscitar emoções e pensamentos que hoje em dia mal conseguimos imaginar.” (DARNTON, 1998, p. 233). A leitura erótica, envolta em temas que estimulavam a libertação aos desejos diversificados – o livre pensamento, a crítica aos princípios cristãos, o voyerismo, a figura da prostituta – eram provavelmente lidas com a consciência de qual era o objetivo do texto, o da provocação, estimulação, masturbação. De acordo com Goulemot (2000), a marcante característica desse gênero literário é que não importa quem o lê, os efeitos da narrativa não passam despercebidos, como demonstra o discurso do pregador Massillon (1663-1742) ao referir-se às “más leituras”:

²⁸ Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Baudouin,_Pierre_Antoine_-_La_Lecture_-_c._1760.JPG>. Acesso em: 10 dez. 2016.

[...] se esta insensibilidade fosse tão verdadeira quanto vós a supondes, por que estes movimentos, estes combates, este tumulto interior, estas emoções que se manifestam exteriormente, que vosso rosto não pode ocultar, e que vós experimentais após a leitura dos livros lascivos [...] (MASSILLON, 1817 apud GOULEMOT, 2000, p. 10)

É importante observar que o século XVIII tratava-se de um período em que a autoestimulação, além de um pecado, era considerada a causa de muitos males que afetavam a saúde de um indivíduo, “[...] de definhamento a cegueira.” (DARNTON, 1998, p. 121). A estrutura de um romance erótico, para além de uma simples descrição de atos e volúpias sexuais, tratava talvez de uma tentativa de tranquilizar, convencer o leitor primeiramente de que seu conteúdo não pertence ao campo do proibido, e sim do natural; utilizando-se para tal uma linguagem que muitas vezes não se aproximava do vulgar, apesar do nível de detalhamento. A resposta do leitor, a prática ou não da autoestimulação seria então um efeito secundário, um resultado consequente da cumplicidade entre o leitor e o texto.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Knowing I lov'ed my books,
he furnish'd me from mine own library,
with volumes that I prize above my dukedom.*

— Shakespeare

Ao longo do trabalho, foi possível identificar as diversas nuances e facetas que constituem o ato de ler – muito mais que uma prática individual, a leitura está embutida em um complexo sistema de relações sócio-culturais e históricas, em que surgem como protagonistas as palavras, sua estruturação em uma linguagem, a materialidade do suporte em que ela se encontra, as intenções do autor e a apropriação do leitor.

Ao dissecar os elementos que constituem a História da Leitura, suas abordagens e percepções, observa-se que o campo caracterizado por uma indiscutível interdisciplinariedade, cuja evolução está essencialmente relacionada às pontes e costuras que podem ser realizadas ao adentrar os corpos teóricos de outras áreas consolidadas – busca-se na Sociologia a compreensão da relação entre o coletivo e o livro, na Educação e na Psicologia as formas como manifesta-se a subjetividade do indivíduo na apropriação do texto por meio da leitura, na Linguística a maneira pela qual o discurso que caracteriza determinada época e sociedade modifica as representações e, conseqüentemente, as práticas que são herdadas e aperfeiçoadas pelos diferentes grupos sociais. A Biblioteconomia, cujos paradigmas giram em torno de elementos como o documento, a informação, o indivíduo e a sociedade, oferece um fértil solo para as diversas possibilidades de estudo em História da Leitura, em que a compreensão do leitor e as formas como se manifestam suas apropriações informacionais é fundamental para elucidar as próprias pluralidades que se constituem as relações entre as bibliotecas, observadas como espaços inseridos em sistemas culturais, e seus usuários.

Adentrar o campo da História da Leitura é mergulhar no labirinto da compreensão do novo: o passado revela-se inusitado, intrincado, composto por fios que se entrelaçam e se desfazem em sucessivas rupturas, aperfeiçoamentos e permanências. Nesse trabalho, buscou-se entender como se efetuava as práticas de leitura do cidadão do século XVIII de obras eróticas, consciente que sua real configuração internalizada na mente de cada leitor trata-se de um completo mistério.

Se buscarmos estabelecer um paralelo com nossa realidade, com a nossa mentalidade de cidadão ocidental do século XXI, poderia-se suspeitar que o leitor de obras eróticas a fazia

com um objetivo claro – o de obter prazer, objetivando o gozo, a leitura pelo que ela pode oferecer de prazeroso ao imaginário. Contudo, observou-se ao longo do trabalho que o erótico da França setecentista foi dotado de uma cadeia de significados muito mais ambivalentes e complexos: se retirar-lhe todo o objetivo do divertimento, a obra erótica pode surgir como um manifesto, uma crítica, uma nova forma de interpretar as relações humanas. Seja como ferramenta anticlerical, desmoralizadora ou fruto do pensamento iluminista, revela-se no erótico uma clara manifestação do desejo de transformação, o paradoxo da exposição da intimidade e da vida pública, uma mescla de gêneros e intentos que perdem-se – ou encontram-se – sob a forma de fetiches e gozos:

Devemos admitir que no romance pornográfico as questões são múltiplas e tentam expressar tanto os fatos de escritura como as tensões engendradas por novas práticas sociais. É com esta condição que ele se torna compreensível e escapa ao desprezo que costuma ser tido. (GOULEMOT, 1991, p. 403)

Revelou-se também o importante e controverso papel dos censores para a repressão e, ao mesmo tempo, a evolução e aperfeiçoamento da literatura, o que, como observa Darnton (2016), levanta questionamentos acerca da dicotomia geralmente imposta ao abordar-se a censura – por um lado, os censores vistos como o “mal”, por outro, os escritores vistos como “bem”. No contexto setecentista, sendo homens letrados e não raro verdadeiros eruditos, os censores, bem como leitores, também podem ser vistos sob a perspectiva de autores – suas buscas pela legitimação de um discurso que valorizasse a cultura e a língua francesa, o valor atribuído aos interesses da própria nação e, por meio dos exemplos de censores que protegiam escritos que lhe caíam ao gosto – talvez o censor não deva ser simplesmente renegado à uma figura problemática, restrita a um obstáculo. Resta a reflexão.

Como estratégia para nortear os mais diversos assuntos que compõem a pesquisa, foram selecionados os questionamentos estabelecidos por Darnton (1992): *quem lia, o que lia, onde lia, quando lia, como lia e por que lia*. Considera-se que, ao longo do desenvolvimento das seções, foi possível responder os questionamentos com uma ressalva – tornou-se nítido que o *como* da leitura, envolto na subjetividade que caracteriza o ato da apropriação do leitor, talvez jamais possa ser realmente revelado aos olhos de quem busca compreender tal época. Em contrapartida, revela-se as mais diversas possibilidades de recorte de estudo para os avanços da compreensão dos leitores do período: a busca do papel da mulher leitora no século XVIII e suas representações na literatura, bem como as leituras camponesas, mais afastadas e distintas do rápido fluxo de mudanças que ocorriam em âmbito urbano.

Darnton (2005, p. 87-88) constata que, apesar das obras eróticas terem tido a capacidade de, em seus meios ilegais, circularem toda a França setecentista, suas manifestações encontram-se hoje praticamente esquecidas “[...] sem dúvida por não merecer o estatuto de literatura aos olhos dos críticos literários e bibliotecários.”. Por meio desta forte afirmação, é possível refletir não apenas a respeito do estatuto cultural que o erótico assumiu naquela determinada época, como também em sua manifestação na atualidade. Estaria o erótico atualmente renegado – assim como historicamente foi – às “segundas prateleiras”, envolto de tabus, silêncios, amarras de moralidade nos espaços das bibliotecas? Há uma particularidade no tratamento dessas coleções, ou elas são vistas sob uma ótica generalizada, misturada a outros gêneros literários, descaracterizadas – ou assumindo novas características?

O coração do presente trabalho reside no campo das possibilidades. Talvez a História da Leitura, devido à sua própria constituição e particularidades, não consiga desvincular-se do ficcional. Debruçar-se sobre documentos que busquem remontar um passado incerto setecentista nada mais é do que uma tentativa de traçar em linhas imaginárias o esboço do que poderia ter sido e do que poderia vir a ser, partindo da suposição de que as penas dos escritores, censores e dos próprios leitores constituem a exposição verídica de uma realidade que já não existe. A busca pelo entendimento da apropriação do erótico, assim como a própria apropriação do texto, foram objetivos deste trabalho que não puderam ser esclarecidos completamente, mas a reflexão resultante do estudo fortalece a necessidade de buscar maneiras para a compreensão do leitor na atualidade e das novas práticas e representações que se constituem e são constituídas no misterioso e prazeroso ato de ler.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICI, Jean-Christophe. **Obscénité et classicisme**. Paris : Presses Universitaire de France, 2003.

ABREU, Márcia. **Leitura, história e história da leitura**. São Paulo: Mercado de Letras, 1999.

_____. As variadas formas de ler. In: PAULINO, Graça et al. (Org.). **No fim do século: a diversidade - o jogo do livro infantil e juvenil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. Diferentes formas de ler. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 24., 2001, Campo Grande. **Anais eletrônicos...** Campo Grande: UFMS, 2001. Mesa-redonda. Disponível em: <
<http://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaio/Marcia/marcia.htm>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

_____; SCHAPOCHNIK, Nelson. **Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas**. São Paulo: Mercado de Letras, 2005.

ALEXANDRIAN, Sarane. **História da literatura erótica**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-5: manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração**. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 6024: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento escrito: apresentação**. Rio de Janeiro, 2011.

_____. **NBR 6027: informação e documentação: sumário: apresentação**. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR 6028: informação e documentação: resumo: apresentação**. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação**. Rio de Janeiro, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e estética: a teoria do romance**. São Paulo: Hucitec, 2002.

BARROS, José D'Assunção. História cultural: um panorama teórico e historiográfico. **Textos de História**, v. 11, n. 1-2, p. 145-171, 2003. Disponível em:
<<http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/viewFile/5925/4901>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

BLUCHE, Frédéric; RIALS, Stéphane; TULARD, Jean. **Revolução Francesa**. Porto Alegre: L&PM, 2009.

BORGES et al. Transtornos parafílicos em pacientes com transtorno obsessivo-compulsivo: série de casos. **J. bras. psiquiatr.**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 3, p. 219-223, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/jbpsiq/v56n3/a10v56n3.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia. **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: UNESP, 2010.

_____. Uma introdução à história editorial brasileira. **Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias**, Lisboa, v. 14, n. 2, p. 57-83, 2002.

_____. **Eros pedagógico: a função editor e a função autor**. 2001. 225 p. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.

CAMPOS, Luciana de. In taverna quando sumus: a taberna medieval como espaço de prazer e poder. **História, imagem e narrativas**, n. 16, abr. 2013. Disponível em: <<http://www.historiaimagem.com.br/edicao16abril2013/taberna.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2016.

CASTRO, Cesar Augusto. **A leitura de adultos com escolaridade tardia**. São Luís: Imprensa Universitária, 1999.

CAVALCANTE FILHO, Urbano. Estratégias de leitura, análise e interpretação de textos na universidade: da decodificação à leitura crítica. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA, 15., 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xv_cnlf/tomo_2/144.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2016.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAKRABORTY, Kaustav; THAKURATA, Rajarshi Guha. Indian concepts on sexuality. **Indian J. Psychiatry**, v. 55, supl. 2, 2013. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3705691/>>. Acesso em: 07 jul. 2016.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

_____. Do códice ao monitor: a trajetória do escrito. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 8, n. 21, ago. 1994b. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9669/11239>>. Acesso em: 21 maio 2016.

_____. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1988.

_____. As práticas da escrita. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (Org.). **História da vida privada**: da renascença ao século das luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v. 3. p. 113-161.

_____. **Leituras e leitores na França do antigo regime**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1994a.

DARNTON, ROBERT. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. A França dos Bourbon: privilégio e repressão. In: **Censores em ação**: como os estados influenciaram a literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 17-98

_____. As notícias em Paris: uma pioneira sociedade da informação. In: **Os dentes falsos de George Washington**: um guia não convencional para o século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 40-90.

_____. História da leitura. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

_____. **O grande massacre de gatos**: e outros episódios da história cultural francesa. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. Introdução. In: DARNTON, ROBERT; ROCHE, Daniel (Orgs.). **A revolução impressa**: a imprensa na França, 1775-1800. São Paulo: EdUSP, 1996. p. 15-20.

DEAN, Carolyn J. **The frail social body**: pornography, homosexuality, and other fantasies in interwar France. California: University of California, 2000.

DENIPOTI, Cláudio. **Apontamentos sobre a história da leitura**. História & Ensino, Londrina, v. 8, p. 95-106, out. 2002. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/viewFile/12159/10681>>. Acesso em: 22 maio 2016.

DIDEROT, Denis. **Carta sobre o comércio do livro**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

FARIA, Maria Isabel ; PERICÃO, Maria da Graça. **Dicionário do livro**: da escrita ao livro eletrônico. São Paulo: EDUSP, 2008.

FERRARA, Bernardo. Meia-noite, Viena: do chat ao romance epistolar. **Revele**: Revista Virtual dos Estudantes de Letras, Minas Gerais, v. 5, p. 1-15, maio 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/revele/article/view/4353>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio**: o dicionário da língua portuguesa. Curitiba: Positivo, 2008.

FERREIRA, Daniel Wanderson. Erotismo, libertinagem e pornografia: notas para um estudo genealógico das práticas relacionadas ao corpo na França moderna. **História da historiografia**, Minas Gerais, n. 3, p. 123-134, set. 2009. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/viewFile/80/53>>. Acesso em: 07 jul. 2016.

FISCHER, Steven Roger. **História da Leitura**. São Paulo: UNESP, 2006.

FONSECA, André Dioneu. A instigante e complexa história da leitura: apontamentos teóricos e metodológicos. **Revista Espaço Acadêmico**, ano 13, n. 144, maio 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/19966/11106>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A idade média**: nascimento do ocidente. São Paulo: Brasiliense, 2001.

FRANCONI, Rodolfo A. **Erotismo e poder na ficção brasileira contemporânea**. São Paulo: Annablume, 1997.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se complementam. São Paulo: Cortez, 1997.

GONÇALVES, Maria de Lourdes Bacicheti. Sociologia da leitura: uma abordagem teórica em busca do público leitor. **Revista UNIFAMMA**, Paraná, v. 12, n. 2, p. 68-89, dez. 2013. Disponível em: <<http://revista.famma.br/unifamma/index.php/RevUNIFAMMA/article/view/10/7>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

GOULEMOT, Jean Marie. As práticas literárias ou a publicidade do privado. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (Org.). **História da vida privada**: da renascença ao século das luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v. 3. p. 371-406.

_____. **Esses livros que se lêem com uma só mão**: leitura e leitores de livros pornográficos no século XVIII. São Paulo: Discurso Editorial, 2000.

GRESPLAN, Jorge. **Revolução francesa e iluminismo**. São Paulo: Contexto, 2008.

HOBBSBAWM, Eric J. **A revolução francesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HUNT, Lynn. **Invention of pornography**: obscenity and the origins of modernity, 1500-1800. New York: Zone Books, 1996.

JARDILINO, José Rubens L.; LOPES, Leandro de Proença. **Cântico dos cânticos**: parte do cânon sob censura. *Revista Nures*, n. 13, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/revistanures/Revista13/jardilino.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2016.

KLINKE, Karina et al. **História da leitura no Brasil**: constituição do campo e formação de leitores. Minas Gerais: Universidade Federal de Uberlândia, 2010. Disponível em: <<http://www.facip.ufu.br/sites/facip.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/PROJETO%20HISTORIA%20DA%20LEITURA.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

LOPES, Anchyses Jobim. Breve introdução a uma história da libido: poetas latinos, Santo Agostinho e Freud (via Foucault). **Estud. psicanal.**, Belo Horizonte, n. 35, jul. 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372011000200003>. Acesso em: 07 jul. 2016.

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

OLIVEIRA, Paulo Henrique de. Gabinetes de leitura: origens e multiplicidades históricas de espaços socioculturais. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-SP, 22., 2014, Santos. **Anais eletrônicos...** Santos: ANPUH, 2014. Disponível em: <[http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1406573091_ARQUIVO_Gabine tesdeLeituraOrigenseMultiplicidadesHistoricas.pdf](http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1406573091_ARQUIVO_Gabine%20tesdeLeituraOrigenseMultiplicidadesHistoricas.pdf)>. Acesso em: 28 nov. 2016.

ROCHE, Daniel. A censura e a indústria editorial. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Orgs.). **A revolução impressa**: a imprensa na França, 1775-1800. São Paulo: EdUSP, 1996. p. 21-48.

SÁ, Daniel Serravallo de. O Marquês de Sade e o romance filosófico do século XVIII. **Revista Eutomia**, ano 1, n. 2, p. 362-377, 2008. Disponível em: <<http://www.repositorios.ufpe.br/revistas/index.php/EUTOMIA/article/viewFile/1948/pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2016.

SANCHES, Gisele A. Ribeiro; RIO, Sinomar Ferreira do. Mediação da informação no fazer do bibliotecário e seu processo em bibliotecas universitárias no âmbito das ações culturais. **InCID: Rev. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 103-121, jul./dez. 2010. Disponível em: <www.revistas.usp.br/incid/article/view/42323>. Acesso em: 07 dez. 2016.

SCHAPOCHNIK, Nelson. **Os jardins das delícias**: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na corte imperial. 1999. 181f. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. A leitura no espaço e o espaço na leitura. In: SCHAPOCHNIK, Nelson; ABREU, Márcia (Org.). **Cultura letrada no Brasil**: objetos e práticas. São Paulo: Mercado das Letras, 2005.

_____. Sobre a leitura e a presença de romances nas bibliotecas e gabinetes de leitura brasileiros. In: ABREU, Márcia (Org.). **Trajetórias do romance**: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Mercado de Letras, 2008.

SILVA, Josiane Gomes da. Espaço das representações sexuais e eróticas no Egito Antigo. **Revista Espacialidades [online]**, v. 5, n. 4, p. 71-98, 2012. Disponível em: <<http://cchla.ufrn.br/espacialidades/v5n4/Josiane.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2016.

SILVA, Rosa Amélia Pereira. **Leitura, necessidade; literatura, prazer**. Brasília: [s.n], 2011. Disponível em:
<<http://2014.revistaintercambio.net.br/24h/pessoa/temp/anexo/1/279/235.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

SPINK, Mary Jane; MEDRADO, Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, Mary Jane (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 2004.

SOBOUL, Albert. **A revolução francesa**: edição comemorativa do bicentenário da revolução francesa, 1789-1989. Rio de Janeiro: DIFEL, 2007.

SUTTER, Miriam. Pelas veredas da memória: revisitando ludicamente velhas palavras. In: YUNES, Eliana (Org.). **Pensar a leitura**: complexidade. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.

TIPÓGRAFOS. Glossário: formato de papel. 2007. Disponível em:
<<http://tipografos.net/glossario/formatos.html>>. Acesso em: 07 dez. 2016.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **O antigo regime e a revolução**. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

TODOROV, Tzvetan. **Introdução à literatura fantástica**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

VILLALTA, Luiz Carlos. Libertinagens e livros libertinos no mundo luso-brasileiro (1740-1802). In: MEGIANI, Ana Paula Torres; ALGRANTI, Leila Mezan (Orgs.). **O império por escrito**: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séculos XVI-XVIII). São Paulo: Alameda, 2009.

_____. **Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura**: usos dos livros na América portuguesa. 1999. [221 f.] Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

WANDERLEY, Márcia Cavendish. O erotismo como elemento capaz de promover o diálogo entre culturas e grupos étnicos diferentes. **Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, v. 5, n. 1, p. 126-141, jan./abr. 2013. Disponível em:
<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=337327390008>. Acesso em: 07 jul. 2016.

ZILBERMAN, Regina. **A leitura no Brasil**: sua história e suas instituições. São Paulo: UNICAMP, 2007. Disponível em:
<<http://www.unicamp.br/iel/memoria/projetos/ensaios/ensaio32.html>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

**ANEXO A – PRISÕES DE INFRATORES DA LEI DO LIVRO NA BASTILHA, DE
1659-1769**

Ano	Número de Prisioneiros	Livreiros/ Impressores	Artesãos	Distribuidores	Autores/ Panfleteiros
1659	65	-	-	1	3
1660-1669	419	21	7	14	40
1670-1679	319	6	3	1	16
1680-1689	584	5	2	2	22
1690-1699	232	6	-	1	2
1700-1709	459	1	-	5	12
1710-1719	406	19	5	16	8
1720-1729	645	39	16	32	20
1730-1739	472	25	34	22	11
1740-1749	513	19	12	50	19
1750-1759	339	21	22	41	52
1760-1769	354	19	9	51	47
1770-1779	296	26	3	50	42
1780-1789	176	11	3	11	16
Total	5279	218	116	297	310

Fonte: ROCHE, 1996, p. 47 (adaptado)

**ANEXO B – LISTA DE BEST-SELLERS CLANDESTINOS NOS VINTE ANOS
ANTERIORES À REVOLUÇÃO FRANCESA**

Título	Livros
<i>L'an 2440</i>	1394
<i>Anecdotes sur Mme la comtesse du Barry</i>	1071
<i>Système de la nature</i>	768
<i>Tableau de Paris</i>	689
<i>Histoire philosophique</i>	620
<i>Journal historique [...] par M. de Maupeou</i> <i>[...]</i>	561
<i>L'Arrétin</i>	512
<i>Lettre philosophique</i>	496
<i>Mémoires de l'abbé Terray</i>	477
<i>La pucelle d'Orleans</i>	436
<i>Questions sur l'Encyclopédie</i>	426
<i>Mémoires de Louis XV</i>	419
<i>L'observateur anglais</i>	404
<i>La fille de joie</i>	372
<i>Thérèse philosophe</i>	365
<i>Recueil de comédies et [...] chansons</i> <i>gaillardes [...]</i>	347
<i>Essai philosophique sur le monachisme</i>	335
<i>Histoire critique de Jésus</i>	327
<i>Le plus secrets mystères [...] de la</i> <i>maçonnerie</i>	321
<i>Requête au conseil du roi</i>	318
<i>La putain errante</i>	261
<i>Le christianisme dévoilé</i>	259
<i>Oeuvres</i>	240
<i>Le paysan perversi</i>	239
<i>L'école des filles</i>	223
<i>Le bon-sens</i>	220

<i>Lettre de M. Linguet à M. le comte de Vergennes</i>	216
<i>De l'homme</i>	215
<i>Système social</i>	212
<i>Le monarque accompli</i>	210
<i>Dictionnaire philosophique portatif</i>	204
<i>Vie privée de Louis XV</i>	198
<i>La lyre gaillarde</i>	197
<i>Les lauriers ecclésiastiques</i>	191
<i>Histoire de dom B..., portier des Chartreux</i>	190

Fonte: DARNTON, 1998, p. 79-80 (adaptado)